

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

JULIA BRENDA PALHETA DA SILVA

“EU TENHO PRA VENDER, QUEM QUER COMPRAR?”: análise socioeconômica sobre a atuação das quitandeiras em Belém do Pará na transição do século XIX para o século XX.

ANANINDEUA

2023

JULIA BRENDA PALHETA DA SILVA

“EU TENHO PRA VENDER, QUEM QUER COMPRAR?”: análise socioeconômica sobre a atuação das quitandeiras em Belém do Pará na transição do século XIX para o século XX.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de licenciatura em História, pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profa Dra Siméia de Nazaré Lopes

ANANINDEUA

2023

AGRADECIMENTOS

Reflico sobre o caminho trilhado por mim, percebo que essa vitória é de muitos, pois sem o auxílio daqueles que me acompanham, minha trajetória seria mais difícil. Inicialmente, agradeço a Deus e a espiritualidade maior que me acompanham, por serem sempre esteio. Agradeço ao vodun Toy Azaká e nochê Ewá por me fortalecerem sempre que preciso e por terem me escolhido para ser cuidada pelos seus. Ao grande encantado que me acompanha nesta vida, Francisco de Légua. Agradeço também a Exú, pois ele é o início, o meio e o fim.

Aos meus pais, Otto Alves e Janete Palheta, que nunca mediram esforços para que eu pudesse trilhar este caminho e viver este sonho, o qual se tornou deles também. Agradeço pelo amor, pela amizade e por me fortalecerem durante toda esta jornada que chamamos de vida. Que todas as trocas sejam bonitas e sinceras como a nossa!

Aos meus pais espirituais, Carlos Oliveira e Maria Eduarda Oliveira, que sempre se fizeram presente e cuidaram de meu orí como ninguém mais poderia cuidar. Que sempre me mostraram que os estudos seriam sempre a melhor resposta para todos os problemas e que nunca me deixaram desistir. Obrigada por todo afeto que recebi e ainda recebo, por todo cuidado e por todo amor em forma de oração. Vocês são meus exemplos vivos de fé e resistência!

Aos meus familiares, sobretudo meus avós, meu padrinho Juscelino Palheta, meus tios Adriano Rocha e Odaíze Rocha e meus primos Marcos Meireles, Paula Cardoso e Suelem Cardoso, por confiarem neste processo, por celebrarem comigo todas as conquistas e almejem que eu realizasse sempre todos os meus sonhos.

Aos meus afilhados Paulo Guilherme e Maria Vitória, por tornarem a minha vida mais feliz e serem minha força para que eu pudesse continuar sempre que eu pensava em desistir.

A minha orientadora, Profa. Dra. Siméia Lopes por ter sido um grande referencial de pessoa e profissional em minha vida. Por ter aberto portas para mim na academia e por ter sido uma grande amiga nos momentos de aflições durante a escrita desta pesquisa.

As minhas amigas de graduação Beatriz Lima, Camila Cunha, Maria Vitória Andrade e Talys Franca por terem somado comigo durante estes anos de curso e por tornarem este caminho mais leve. Por compartilharem comigo tantos momentos de descobertas, por terem celebrado todas as minhas realizações e por terem segurado em

minha mão sempre que foi preciso. Agradeço pela amizade incondicional e por serem as minhas favoritas!

A minha amiga e parceira de bolsa, Sammya Paixão pela cumplicidade, por sempre torcer por mim e me incentivar a ir além.

Aos meus amigos Ruan Oliveira e Maurício Quaresma, por estarem dispostos a ler este trabalho sempre que foi preciso.

A todos aqueles que contribuíram, diretamente ou indiretamente, para que fosse possível chegar até aqui!

“(...) o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”.

(RIBEIRO, 2020, p. 69)

RESUMO

O atual trabalho tem como objetivo realizar uma análise socioeconômica das mulheres quitandeiras na cidade de Belém entre os séculos XIX e XX. Para compreender a participação ativa destas mulheres na historiografia, nesta pesquisa, elas serão pensadas por meio das fontes tidas como oficiais, visando superar os estigmas coloniais e de domínio impostos sobre estas indivíduos e seus corpos. Por meio desta perspectiva foi possível perceber a importância de compreendê-las por meio de suas próprias vozes, na qual estas aparecem não apenas como sujeitas dominadas, mas mulheres importantes para dinamização de parte da economia paraense, mas também para construção da sociedade. Por meio deste objeto de estudo, será possível perceber que, apesar da tentativa de silenciamento, estas mulheres construíam o cenário das ruas e eram fundamentais, uma vez que por meio das vendas, estas alimentavam grande parte da população e por isto não passavam despercebidas nas fontes que visavam marginalizá-las.

Palavras-chave: quitandeiras; comércio ambulante, mulheres pretas

ABSTRACT

The current work aims to carry out a socioeconomic analysis of women greengrocers in the city of Belém between the 19th and 20th centuries. In order to understand the active participation of these women in historiography, in this research, they will be thought of through sources considered official, aiming to overcome the colonial and dominion stigmas imposed on these individuals and their bodies. Through this perspective, it was possible to perceive the importance of understanding them through their own voices, in which they appear not only as dominated subjects, but important women for the dynamization of part of the economy of Pará, but also for the construction of society. Through this object of study, it will be possible to perceive that, despite the attempt at silencing, these women built the scene of the streets and were fundamental, since through sales, they fed a large part of the population and for this reason they did not go unnoticed in the streets. sources that aimed to marginalize them.

Keywords: greengrocers; street trade; black women.

LISTA DE LITOGRAFIA:

Litografia 1 – Estrada de São José -----	15
Litografia 2 – Banco Comercial -----	16
Litografia 3 – Largo de Nazaré -----	20

LISTA DE IMAGENS:

Imagem 1 – Avenida 16 de Novembro -----	22
Imagem 2 – Mercado municipal -----	23
Imagem 3 – Quitandeiras -----	48
Imagem 4 – Vendedora ambulante -----	49
Imagem 5 – Com detalhe dos pés descalços -----	52
Imagem 6 – vendedora de frutas -----	53
Imagem 7 – Com detalhes da cruz e dos pés calçados -----	55

LISTA DE TELAS:

Tela 1 – Vendedora de tacaca -----	29
Tela 2 – Recanto de jardim -----	39
Tela 3 – Quitandeiras vendedoras de Angu-----	50

LISTA DE DESENHOS:

Desenho 1 – Mulher euro-africana-----	36
Desenho 2 – Mulheres de Serra Leoa-----	37

SUMÁRIO

1 – Introdução -----	10
2 – A cidade e seu contexto -----	16
2.1 – Belém da belle époque: civilização para quem? -----	18
2.2 – O papel das quitadeiras na economia belenense -----	25
3 – Quitadeiras: uma análise além dos estigmas de dominação-----	33
3.1 – Nas esquinas da vida: o comércio urbano como meio de sobre(viver). ----	34
3.2 – Representações e construções das imagens objetificadas das mulheres pretas do século XIX-----	44
3.3– Se essa rua fosse minha -----	48
4 - Considerações finais-----	58
Referência -----	61

1 – Introdução:

De acordo com José Tinhorão (2005), os sons que vêm das ruas são exemplos vivos de resistências das classes oprimidas como formas de (sobre)viver com alegria as imposições socioculturais feitas a estes. Logo, o título deste trabalho tem como referência a música composta por Maria Gadelha e Severino de Oliveira “Feira de Mangaio”¹, mais conhecida na voz de Clara Nunes.

A escolha deu-se não apenas pela descrição da narrativa feita na música, mas também pela semelhança de como os feirantes utilizam a sonoridade para vender seus produtos². As quitandeiras, as quais são meu objeto de estudo nesta pesquisa, também usavam a melodia como mecanismos de comercialização e prática comunicativa no ato de venda, tornando tal fato identitário e elemento de resistência.

A letra da música que foi escolhida para titular este trabalho descreve os variados produtos possíveis de se vender, como: bolo de milho, broa, cocada, pé de moleque, alecrim, canela e etc. O ofício das quitandeiras não se distinguiam, visto que estas trabalhavam com um leque de variedades de produtos, tais quais: ervas, frutas, legumes, comida e afins. No decorrer desse trabalho, irei retomar o título para que seja viável perceber algumas alusões possíveis de se fazer.

A estrutura deste trabalho se divide em dois capítulos. No primeiro, para realizar um estudo com mais precisão sobre estas mulheres, tenho como objetivo perceber a história da cidade, para compreender em que mundo estas indivíduos estariam inseridas. É fundamental perceber as transformações que sofriam o espaço urbano durante o boom da economia gomífera. Estas modificações, para a elite local, seriam consideradas como sinônimo de progresso e civilização, tais quais serão possíveis perceber em algumas litografias e imagens utilizadas neste estudo. Porém é fundamental mencionar que esta pesquisa se opõe a ideia civilizatória e de progresso dos discursos propagados durante a época que este estudo é voltado.

A ideia de progresso utilizada nesta pesquisa é semelhante a abordagem feita por Luiz Rufino (2019), na qual ele discute como o discurso ocidental emprega a ideia de

¹ Ouvir: https://www.youtube.com/watch?v=M-38_POSUIM

² Essa afirmação se dar por meio da obra de Marques de Carvalho, na qual ele menciona que na rua das flores “Vendedoras de açaí passam com a gamela à gamela na cabeça, coroada pela vasilha de barro, contendo o líquido, que elas oferecem à freguesia na sólita cantiga: - “e... e... eh! Açaí fresquin...i...i...nho!”. (CARVALHO, 1997, p.27)

destruição e silenciamento dos seres não brancos. “Existe um abismo infinito entre colonização e civilização e, de tudo que foi feito em nome desse projeto sanguinário, não se pode resgatar um só valor humano” (RUFINO, 2019, p. 27). Dito isso, busco apresentar aos meus leitores como o processo civilizatório e o discurso de progresso invisibilizaram a participação ativa das mulheres quitandeiras na sociedade. Logo, é de suma importância realizar uma abordagem histórica que permita perceber através de novas lentes que a história destas não se limita a um passado escravista, de omissão e de sexualização, tal qual, a maior parte das fontes da época apresentam.

Assim sendo, o desenvolvimento deste trabalho tem como objetivo perceber como o processo civilizatório construiu uma narrativa inventora do mudo, visando dominar, explorar, marginalizar determinados grupos e esquece-los. Portanto, busco construir uma historiografia sobre o processo civilizatório como um projeto que tem como finalidade excluir e direcionar as quitandeiras para as margens – da cidade e da história.

É de suma importância relatar que o progresso e a civilização implantaram uma política de gentrificação³ na sociedade paraense. Neste sentido, é possível descrever as dificuldades que tive para desenvolver este trabalho, uma vez que as fontes encontradas sobre estas mulheres vos apresentam em uma perspectiva elitista: marginalizadas e silenciadas. Portanto, é possível perceber que o ato de civilizar, foi um projeto político eurocêntrico para conseguir dominar o Outro. Mas as quitandeiras foram sujeitas presentes no cenário da cidade, logo, ainda que de maneira indireta, as fontes consideradas oficiais não deixaram que estas passassem despercebidas.

Nesse sentido, é possível perceber a importância de historicizar estas mulheres, pois, embora a maioria das fontes utilizadas neste trabalho as demonstrem de maneira subalternizada e imbricadas em uma narrativa da não existência, elas foram fundamentais para a construção socioeconômica da sociedade paraense.

No mais, durante a escrita desta pesquisa, busquei refletir não apenas sobre a letra da música “feira de Mangaio” – a qual permite perceber a venda de diversos produtos – mas também a música de Chico Buarque de Holanda “bancarota blues”⁴, a qual não retrata a vida das vendedoras ambulantes, mas possibilita pensar como na sociedade

³ Segundo Dan Levi (2018), o processo de gentrificação é um meio de comercializar a cidade e promover ascensão ao espaço urbano. Todavia, os únicos que podem usufruir de seus direitos são aqueles que podem pagar por eles, fazendo com que determinados grupos sejam excluídos.

⁴Ouvir:<https://www.google.com/search?q=chico+buarque+de+holanda+banca+ra+bluzz&oq=chico+buarque+de+holanda+banca+ra+bluzz&aqs=chrome..69i57j33i10i160l3.23183j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#fpstate=ive&vld=cid:63ee9999,vid:CBdMg9tA22k>

capitalista tudo pode ser posto à venda. Para discutir esta questão, utilizo o conceito de Fernand Braudel (2009) de “economia-mundo”, o qual me permite pensar a hierarquia de poder imposta sobre estas mulheres ainda durante o regime escravocrata. Na modalidade de escravo de ganho, as vendedoras ambulantes já participavam do comércio, uma vez que parte dos jornais adquiridos por estas seriam encaminhados aos seus senhores. Dito isso, entende-se como a força da mão de obra dessas mulheres, (as quais estariam postas à venda por aqueles que as dominavam), era fundamental para arrecadação de renda dos sujeitos que as escravizavam, visando sempre manter uma relação hierárquica e de domínio sobre estas.

Além disso, este mesmo conceito pode ser aplicado neste estudo para perceber a atuação econômica destas mulheres quando libertas, uma vez que pós o período colonial, estas mulheres seguiam gerando suas contribuições econômicas através do pagamento de impostos sobre suas barracas, tabuleiros e/ou quitandas. A elite seguia mantendo estas sujeitas sob uma relação de poder, adquirindo economias por meio destas, mas apresentando-as ainda como simbologia de desordem. Sendo assim, esse conceito utilizado por Braudel é importante para a realização deste trabalho, pois possibilita entender como o discurso civilizatório trabalhou na perpetuação do esquecimento destas indivíduos.

Posteriormente, é apresentado o segundo capítulo desta pesquisa, no qual busco realizar uma análise das vendedoras ambulantes e os estereótipos impostos sobre o corpo destas mulheres. Inicialmente, busco apresentar aos meus leitores que para as mulheres que vinham de determinados países africano era normal a participação ativa destas no comércio, isto porque em locais como Angola, estas mulheres seriam as principais responsáveis pelo desenvolvimento do país.

O argumento apresentado acerca destas mulheres comerciantes é fundamental para que consigamos verificar novas práticas de saber sobre estas mulheres pretas, visando entendê-las como sujeitas ativas economicamente, politicamente e socialmente, por isso a precisão de historicizá-las. Para ratificar o que foi mencionado, busco interligar esta discussão com o conceito de encruzilhadas trabalhada por Rufino, na qual ele busca apresentar este conceito por meio de epistemologia de exú, em uma visão decolonial e de transgressão.

Este conceito é importante, pois ao realizar esta pesquisa, consigo perceber que a dominação e exploração do corpo não se findou com o período colonial. Logo, a ideia de encruzilhada trabalhada por Rufino e neste estudo, visam superar os estigmas impostos

na mentalidade. Para romper com a lógica colonial, é indispensável apresentar uma nova perspectiva de conhecimento, é o que pretendo fazer quando apresento estas mulheres comerciantes como sujeitas que eram o topo da pirâmide em algumas terras africanas.

Em seguida, busco apresentar aos leitores estas mulheres já no Brasil e a visão e a escrita que a sociedade da época desenvolvia sobre estas indivíduos. Durante o século XIX a historiografia demonstrava estas como sujeitas exóticas. Para discutir estas problemáticas, busco utilizar o conceito de lugar de fala, pois é fundamental perceber por meio destas fontes a lógica ocidental expressas por meio destas e as não ocidentais também não ditas. A utilização deste conceito é essencial para que possamos perceber que a historiografia tradicional está ligada ao *lócus* social de cada sujeito e que, dependendo do local que este se encontra, é mais difícil a possibilidade de transcender e superar os estigmas.

Por fim, utilizo as fotografias de Felipe Fidanza para mais uma vez perceber como a questão da civilização era imposta às vendedoras. Estes documentos não verbais possibilitam realizar uma abordagem sobre as problemáticas sociais supramencionadas. Através dos registros é possível verificar que as vendedoras ambulantes, ainda que deslocadas dos centros urbanos, estão integradas a este espaço por serem a mão de obra que dinamizava a economia destes locais.

Para estruturar esta abordagem, sigo realizando uma discussão com o conceito supramencionado anteriormente. Dentro desta análise, meu objetivo não é silenciar ou anular as fontes que foram mobilizadas neste estudo, mas tentar perceber que tipo de discurso este grupo impulsionou sobre as quitandeiras. Mais que isso, utilizar o conceito de lugar de fala nesta pesquisa é importante também para conseguir ouvir as vozes das mulheres ambulantes, isso é possível através de uma análise inversa das fontes.

No mais, para a construção deste trabalho foram utilizadas fontes de caráter quantitativo. Busquei embasar esta pesquisa com artigos de autores clássicos que estudaram os negros e as comerciantes ambulantes. No entanto, também foi fundamental analisar os documentos produzidos pela elite, pois, através destes, se tornou possível perceber como estes visavam silenciá-las, mas também perceber a importância das quitandeiras no cenário socioeconômico.

Foram utilizados alguns recortes de jornais desenhos, músicas, códigos de posturas e imagens para compreender a dimensão destas vendedoras e do contexto que elas estariam inseridas. Todavia, destaco que as imagens são as principais fontes que utilizo nesta pesquisa. Tendo em vista que elas são utilizadas como objetos de estudo que

permitem perceber a participação das pretas quitandeiras no desenvolvimento socioeconômico da população paraense, mas ressaltam também os estereótipos coloniais criados acerca destas mulheres.

Acerca de tudo que foi e será abordado nesta pesquisa, gostaria de enfatizar a dificuldade metodológica que tive para construir este trabalho. A minha escolha em pesquisar sobre as mulheres quitandeiras, deu-se pela ausência de fontes que tem sobre estas mulheres. Tal fato, que é o que eu irei configurar como silenciamento ao decorrer desta pesquisa, vão evidenciar tanto o processo de apagamento destas mulheres na historiografia, quanto o objetivo de marginaliza-las.

Além disso, gostaria de ressaltar que, as poucas fontes encontradas acerca destas mulheres trazem elas em uma perspectiva colonial. Nas litografias que utilizo, é possível percebe-las no cenário da cidade, mas elas são retratadas como figuras que estão a margens. Nos jornais coletados, nas falas acerca destas mulheres, não consigo identificá-las como sujeitas ativas, há uma descrição destas mulheres apenas como sujeitas dominadas. E nas fotografias, a mensagem não verbal são de figuras expostas, objetificadas, sexualizadas e coisificadas.

No mais, destaco que não tive acesso aos códigos de postura do período estudado neste trabalho, uma vez que nos locais pesquisado as fontes estavam sendo higienizadas, ou não foram localizadas ou foram deterioradas. Porém, eu pretendo dar segmentos nesta pesquisa, logo, tenho como objetivo voltar nesses espaços que consegui identificar a presença destes objetos de pesquisa para dar continuidade a esta pesquisa com o auxílio dessas fontes.

Nesta perspectiva, ao realizar este trabalho, consegui perceber a ausência de fontes que retratam estas mulheres, e aquelas que existem sobre estas, configuram elas como sujeitas subalternas e passíveis de dominações. Logo, quando menciono a ideia silenciamento ao decorrer deste trabalho, busco evidenciar aos meus leitores essa dificuldade em localizar essas fontes, mas também em perceber quais foram as narrativas construídas – ou não – sobre as quitandeiras.

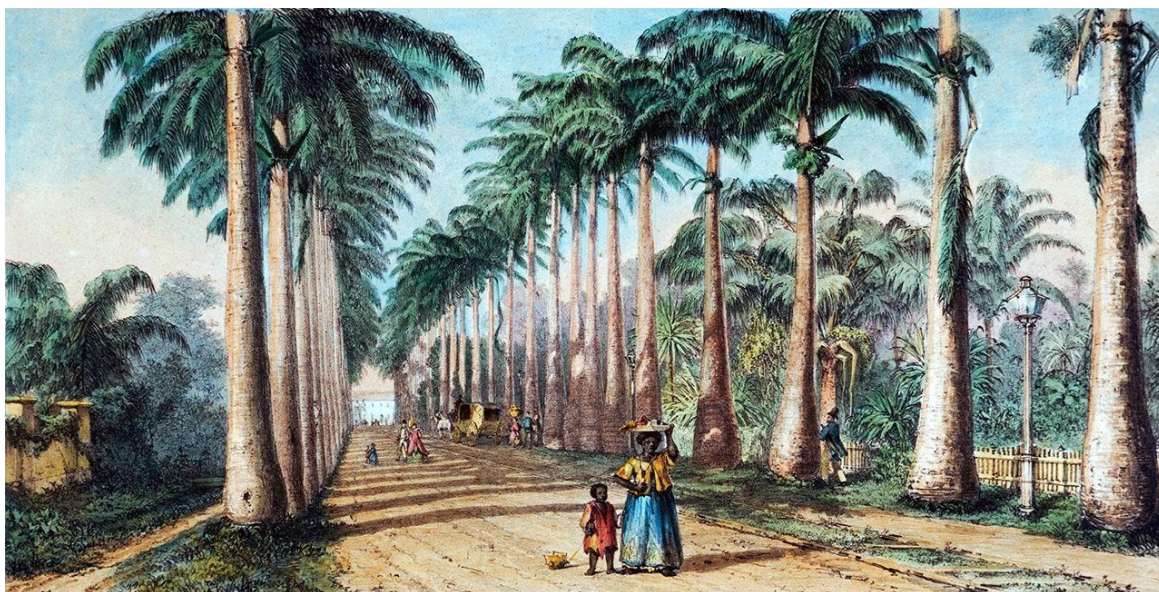
Logo, considero que a construção deste trabalho é importante para que consigamos emergir uma nova perspectiva da participação destas mulheres na construção historiográfica. Historicizar as mulheres quitandeiras é fundamental para compreender que a história se faz também no cotidiano e que não é e nem deve ser (re)construídas apenas pelos ditos homens e brancos, sobretudo a história econômica.

Este trabalho também surge como um meio de reflexo para pensarmos quais são os sujeitos que estamos mobilizando em nossas abordagens. Estudar estas mulheres é essencial para entender como elas compõe nossas histórias e criticar a forma como elas foram apresentadas pelo pensamento colonial, que é branco e também é patriarcal. Nesta perspectiva de novos pontos de partida, quero mobilizar uma narrativa que transforma e mobiliza aquelas que por muito tempo ficaram às margens.

2 – A cidade e seu contexto

Ao pensar na Belém da segunda metade século XIX, é indissociável a imagem de uma cidade que vivera seu auge econômico com o extrativismo do látex. O período ficou marcado pela historiografia regional como *belle époque*. Durante este tempo, a cidade paraense sofreu grandes transformações em seu cenário político, econômico e urbano. Para Karol Soares (2008) este momento vem acompanhado por um processo de riquezas, que impõe aos sujeitos novas formas de morar. Todavia, ao decorrer deste trabalho, iremos perceber que este novo modelo econômico não alcançava apenas a arquitetura, mas também diretamente nas relações sociais. No entanto, antes de perceber como estas modificações implicaram na vida dos sujeitos que eram marginalizados, trago algumas litografias publicadas em 1867, 3 anos antes deste processo, para que seja possível perceber tais mudanças.

Litografia 1: Estrada de São José



Giuseppe Leoni Righini, *Estrada de São José*, litografia. Centro de Memória da Amazônia. Disponível em: <https://www.cma.ufpa.br/galeriarighini.html>

A litografia “Estrada de São José” apresenta vários itens possíveis de discussão, todavia me atendo ao destaque dado a figura de uma mulher e uma criança negras, ambas descalças – o que na época era um grande identificador de sujeitos que eram escravizados. A mulher carrega em sua cabeça um alguidar com alimentos, o que faz parecer que esta era uma escrava de ganho a qual trabalhava com a venda de alimentação. Outro fator

essencial para observar são as vestimentas distintas⁵ de todos sujeitos que aparecem na imagem, sendo estas também um grande marcador de disparidades sociais.

Litografia 2: Banco Comercial



Fonte: Giuseppe Leoni Righini. *Banco comercial*, litografia. Centro de Memória da Amazônia – UFPA. Acesso em: <https://www.cma.ufpa.br/galeriarighini.html>

A segunda litografia é do banco central, sendo hoje o atual Arquivo Público do Estado do Pará, situado na rua Campo Salles. Este objeto de estudo permite perceber como o local já introduzia a ideia de “modernidade”, “progresso” e “civilização” com as ruas pavimentadas e a instalação de poste para receber a iluminação elétrica. No mais, percebeu-se também a grande circulação de pessoas pertencentes a diferentes classes sociais. Porém, mais uma vez, busco analisar a presença da mulher com tabuleiro na cabeça, as vestimentas utilizadas por esta são de tonalidades mais claras, enquanto que a outra mulher que está na frente do banco e, aparentemente pertencente a elite, usa vestes de tonalidades mais escuras.

As litografias escolhidas servem não apenas para perceber estas diferenças nas vestimentas e nos calçados dos sujeitos, mas também para verificar que as mulheres quitandeiras eram sujeitas ativas no centro desse espaço urbano, afinal, as relações comerciais desenvolvidas por essas permitiam que elas compusessem a cidade, seu

⁵ É possível ver no jornal “a república” de 1900 o anúncio de roupas para homens, mulheres e crianças de moda europeia, pondo as seguintes palavras em destaque: elegância, riqueza e variedade. Nesse sentido, é possível perceber que as disparidades sociais se davam por meio das vestimentas utilizadas pelos diferentes grupos sociais, na qual as vestes de cunho europeu eram considerados como elegantes.

cenário, seus hábitos e seus conflitos, ainda que houvesse um projeto colonial visando ocultá-las.

Dito isso, é possível pensar que o discurso civilizatório não chegou de maneira igualitária para todos os sujeitos que compunham a sociedade belenense, afinal, as caracterizações socioeconômicas já se davam de maneira desigual e agressivas antes mesmo deste processo. Logo, este capítulo em específico tem como objetivo central pensar e perceber como a colonialidade se impôs sobre estas mulheres com o discurso de civilização e também verificar como elas foram sujeitas fundamentais para o desenvolvimento econômico da cidade.

2.1- Belém da *belle époque*: civilização para quem?

O período denominado como *belle époque*, segundo Geraldo Coelho (2011), configura um momento de grandes transformações culturais, sociais e urbanas, tendo como principal referencial a cidade de Paris e o modelo de vida da elite daquele local. Em Belém, uma das principais capitais da Amazônia, houve a tentativa de europeizar a cidade e os costumes dos habitantes que aqui viviam com a ideia de progresso e civilização, todavia, será que a civilização – que reforçava apenas os interesses e a cultura da elite – eram para todos os sujeitos que compunham o espaço social?

Pensar a cidade na transição do século XIX para o século XX é fundamental para entender a resistência das quitandeiras, visto que neste período o espaço urbano sofria profundas mudanças, não apenas visualmente, mas também política e economicamente. O governo local, o qual tinha como intendente Antônio Lemos, propagava o discurso de urbanização da cidade, tornando a ideia de modernidade uma das maiores marcas do governo Lemista.

Segundo Maria Sarges (1998), Antônio Lemos buscava emergir para Belém as mudanças vivenciadas em Paris. O discurso da elite local para a urbanização era a luta contra o atraso e a desordem da cidade, em busca do progresso e da ordem que estavam vinculados aos valores europeus. A política de embelezamento da cidade deu-se através do discurso de higienização do espaço urbano. Para isso, Sarges afirma que Lemos impôs a sociedade paraense uma série de códigos de posturas, leis e regulamentos, visando o controle dos sujeitos subalternizados. Nesse sentido, percebeu-se que a disciplinarização do meio urbano impunha também um novo comportamento as minorias.

Além disso, é possível perceber como as questões urbanas desenvolveram uma série de problemáticas para as populações marginalizadas, entre elas, pode-se citar o que Victor de Jesus (2020) denomina como racismo ambiental.⁶ Segundo ele, a população preta é mais afetada por esse problema, uma vez estes, desde o período colonial, são postos as margens, sem políticas públicas, tais quais: água tratada e saneamento básico.

Ainda sobre isto, Vicente Salles (1971) menciona como os negros eram expostos as margens da sociedade. “Habitavam as cabanas mais humildes, nos terrenos baldios e vivendo (...) meio civilizados e apenas ganhando para suas poucas necessidades (...)”. (SALLES, 1971, p. 154). Sendo assim, retomo a ideia de civilização apresentada na introdução deste trabalho, na qual pode-se perceber que as políticas de embelezamento implantadas nas arquiteturas e nas ruas foram criadas apenas para priorizar o modelo de vida da elite. Havia uma preocupação em expurgar os sujeitos marginalizados do centro urbano por acreditar que estes enfejavam os espaços. Ao encaminharem estas pessoas para as periferias, não houve a preocupação em construir políticas públicas para que estes pudessem residir.

A obra literária de Aluísio de Azevedo (2017), realiza a descrição de diversas problemáticas sociais do século XIX, entre elas, pode-se perceber como a cidade moderna direcionava seus moradores subalternos para áreas insalubres. Embora o enredo aconteça em um cortiço do Rio de Janeiro, em Belém esta configuração não se distinguia. Os sujeitos subalternizados foram expurgados para áreas periféricas, uma vez que seriam considerados pelo governo como pessoas barbáries.

No mais, percebeu-se também que o autor apresenta os personagens pretos com mais violência, descrevendo esses como sujeitos que seriam os mais propícios a vícios, aos comportamentos “selvagens” e imorais, enquanto que os sujeitos brancos eram caracterizados como pessoas cultas e civilizada. A narrativa de Azevedo era um reflexo da sociedade da época e a população preta de Belém não estava isenta dessa problemática. Este problema afeta os negros que aqui residiam em diversos segmentos, um deles, tal qual foi mencionado, era a questão da moradia.

De acordo com Freitas (2016), o processo de urbanização marcava uma série de conflitos com a população negra, uma vez que a modernidade vinha composta por

⁶ Para Victor de Jesus (2020) o racismo ambiental é uma das formas do racismo institucional, na qual o Estado seleciona quais os sujeitos podem/devem ou não ter acesso a recursos básicos de saúde, trabalho, saneamento e etc. Sendo assim, o racismo sistemático reproduz e fomenta discursos que surgiram ainda durante o período colonial, mobilizado o acesso – ou a ausência dele – em políticas públicas, na qual os grupos raciais excluídos, são os de sujeitos não brancos.

regulamentações e controle⁷ desses sujeitos, principalmente na comercialização de rua. Assim sendo, é perceptível como a ideia de modernidade visava pregar também o domínio do corpo desses sujeitos, violentando-os fisicamente e moralmente.

Além disso, Sarges apresenta a visão patriarcal que Lemos possuía acerca das mulheres pobres que compunham o cenário social. A autora menciona que a problematização deste para com essas sujeitas se dava com preconceito até nas questões culturais que essas mulheres possuíam. Para a autora, “(...) a igualdade, preconizada pela democracia, não significava o nivelamento absoluto dos indivíduos, pois os deveres e os direitos dos cidadãos não eram idênticos, daí sempre ter havido uma escala hierárquica (...)” (SARGES, 1998, p. 150-151). Logo, mais uma vez ressalto a precisão de perceber como os discursos de civilização e progresso não alcançavam todos de maneiras igualitárias, e se haviam desigualdades para os subalternos, essas disparidades chegavam de forma mais violenta para as mulheres pretas. É essencial que consigamos perceber que, as mulheres quitandeiras sofriam repressão por serem mulheres, pretas e, em uma visão elitista, o passado destas poderiam ser resumidos em escravidão.

Nessa perspectiva, é fundamental perceber como desenvolveu-se o processo de gentrificação na sociedade paraense. Tal fato deu-se em prol da riqueza gerada pela economia da borracha. O remodelamento da cidade ocorria com intuito de agradar a elite local, sobretudo os barões da borracha. Ainda sobre esta questão, é de suma importância perceber como as transformações urbanas tinham uma preocupação em afastar os ditos “vagabundos”⁸ do centro da cidade, expondo estes indivíduos para as margens/periferias da cidade. A exposição destes sujeitos a espaços marginalizados visava ratificar o discurso de silenciamento destes nas áreas de movimentação da elite local.

Todavia é essencial perceber o impacto negativo na vida das minorias, uma vez que esses sujeitos são retirados do centro da cidade e colocados nas margens, visando ocultar a presença e a participação destes no espaço urbano. Logo, em seguida buscaremos fazer uma comparação no cenário da cidade.

⁷ “Art. 97. É proibido que os escravos estejam vendendo nas ruas, praças ou mais lugares públicos depois do toque de recolher. Os infratores serão presos, e entregues à autoridade competente para os mandar punir corporalmente”. O código de postura retirado da obra de Salles (1871) é referente ao ano de 1851. Embora compreenda-se que o código de postura não seja referente ao período analisado por mim nesta pesquisa, é possível perceber que estas leis implicavam diretamente nas vidas dos sujeitos escravizados. Neste sentido, sustento a premissa de que códigos como estes seguiam em anos posteriores, visando impor o domínio sobre o corpo dos sujeitos negros e as atividades desenvolvidas por estes.

⁸ Segundo Flávio Glarola (2012), os vadios seriam os sujeitos que estavam na base da pirâmide econômica, geralmente os pobres e mestiços, e precisam exercer os trabalhos mais marginalizados para manterem seus sustentos e (sobre)viver.

Litografia 3: Largo de Nazaré



Fonte: Giuseppe Leoni Righini, Largo de Nazaré, atual Praça Santuário, litografia. Centro de Memória da Amazônia. Disponível em: <https://www.cma.ufpa.br/galeriarighini.html>

Na imagem acima, é possível perceber como a natureza é marcante no espaço. O lugar apresentado possui a presença de animais – alguns eram utilizados como meio de transporte ⁹. Além disso, a paisagem possui um cenário com inúmeros arbustos, as ruas não possuíam postes e nem pavimentações. No mais, é possível perceber também a presença de pessoas que compunham classes sociais distintas. Todavia a percepção que a elite possuía acerca da natureza era de algo selvagem e retrógrado, ratificando a ideia de que para alcançar o progresso, era essencial descaracterizar o cenário local.

⁹ Segundo David Vieira, durante o período da economia gomífera, estes animais foram proibidos como meio de transporte com a justificativa de maus tratos. No entanto, é fundamental perceber a dualidade da civilização: se por um lado os animais de tração foram considerados pelos códigos de postura como agressão, por outro lado o autor faz problemática às touradas que (também maltratavam os animais) eram consideradas como meio de entretenimento. Isso porque, na Europa, as touradas eram vistas como um meio de entretenimento da elite local.

Imagem 1: Avenida 16 de Novembro



Fonte: Avenida 16 de Novembro – lateral do Palácio da Intendência (atual MABE). Disponível em: <https://artepapaxibe.wordpress.com/fotos-belem-antiga/>

A imagem utilizada acima é do mesmo espaço da primeira litografia utilizada nesse trabalho. É possível perceber as modificações sofridas no cenário da cidade. As árvores já não eram mais tão notórias, visto que perderam espaços para o dito progresso: o chão de terra foi substituído por pavimentos, os trilhos são simbologia dos bondes como um novo meio de transporte, a cidade já apresenta luminárias e a arquitetura dos prédios possuem arcos coloniais trazidos pelos europeus. Neste sentido, através de uma análise comparativa das imagens, percebeu-se as transformações que o espaço urbano sofreu. A cidade moderna apresentava um novo cenário para seus moradores, no entanto reforçava o silenciamento de grande parte da população.

Aos sujeitos marginalizados foram impostos uma nova forma não apenas de viver, mas também de trabalhar. Para as quitadeiras e outros tipos de vendedores ambulantes foram realizados a construção e remodelação dos mercados, os quais surgiam acompanhados do discurso de higiene e civilização. Na concepção da elite local, as vendas realizadas em tabuleiros eram caracterizadas como algo sem higiene, tal qual pode ser percebido no discurso a seguir:

“Ninguém negará o feio aspecto dos veículos até a pouco empregados em Belém para a venda ambulante de vários generos de consumo. Em sua maioria, compunham-se de ridícula traquitanas, d’onde haviam sido banidos todos os preceitos de asseio, sem falar dos << clássicos >> tabuleiros, sobre os quaes esvoaçavam moscas insidiosas, transmitindo

toda especie de sujidade aos fructos e doces oferecidos ao consumo publico” (LEMOS, 1906, p. 107).

O trecho citado acima é considerado como uma fonte oficial da historiografia, a qual torna possível compreender parte do discurso civilizatório imposto sobre as quitandeiras. Antônio Lemos alegava que os carros e tabuleiros utilizados pelas vendedoras ambulantes enfejavam as ruas de Belém. Para problematizar estes objetos que auxiliavam estas mulheres nas vendas, ele afirmava que havia uma falta de higiene nestes itens e que os produtos que estavam sobre estes, certamente seriam vendidos sujos. Nesta perspectiva, podemos perceber como o discurso higienista dialogava diretamente com a ideia civilizatória, visando tirar estas mulheres do espaço urbano. No entanto, é fundamental pensarmos que o espaço precisava destas mulheres, não apenas por alimentarem parte da cidade, mas também por mobilizar uma parte da economia. Logo, espaços como o mercado municipal foram construídos ou passaram por reformas para abrigarem estes tipos de comerciantes.

Imagem 2: mercado municipal



Mercado Municipal reformado. Fonte: Relatório Antonio Lemos (1906, p. 126)
Disponível em: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/o-municipio-de-belem-relatorio-de-antonio-lemos-1905/>

A fotografia da reforma realizada no mercado municipal nos permite perceber como as transformações urbanas fomentavam o discurso e a ideia do Estado em transformar a cidade de Belém em um modelo europeizado. O progresso que chegavam nas ruas eram acompanhados de pavimentações, luminárias e uma arquitetura colonial que pode ser percebida no design das portas. Além disso, percebe-se também o objetivo da elite local em “organizar” a cidade, tirando os sujeitos marginalizados das ruas,

direcionando estes a locais que seriam propícios, de acordo a elite, ao mercado de alimentação.

Assim sendo, pode-se perceber as transformações que as ruas de Belém sofreram na transição dos séculos com discurso de progresso e civilização. Sendo assim, entende-se que a rua é um meio marcado por interesses e conflitos. O modelo de cidade idealizada pela elite local era caracterizado pelo processo de segregação. “A cidade do não reconhecimento, discriminatória, aquela em que os negros pobres encontram-se desprotegidos [...]” (ACSELRAD, 2013, p. 243). Neste sentido, é evidente que as políticas urbanistas fomentavam a discriminação e o silenciamento das minorias. A cidade e o progresso de Antônio Lemos foram elaborados com o propósito de criar um modelo de cidade europeu, na qual os únicos sujeitos inseridos neste espaço, teoricamente, seriam apenas aqueles que compunham a elites, enquanto que os sujeitos marginalizados eram caracterizados como pessoas que não mereciam e nem deveriam estar nas ruas de Belém

Logo, a construção deste item se tornou fundamental para que pudéssemos compreender em que cenário estariam inseridas as quitandeiras. Por meio dos argumentos aqui apresentados, foi possível perceber o processo civilizatório como uma continuidade colonial, na qual a elite tinha-se como objetivo impor o domínio do Outro e os subalternizar.

Para romper com o pensamento colonial, foi fundamental pensar o lado inverso da civilização, aquela que, tradicionalmente, deu vozes as narrativas e os feitos dos ditos grandes homens. Se para uns a civilidade seria sinônimo de ordem e progresso, para outros, este mesmo processo chegava para continuar silenciando, dominando e marginalizando corpos.

Para Rufino (2019), a colonização não desenvolve o processo civilizatório, mas sim o de barbaridade. Nesta pesquisa, busco fazer uma análise comparativa ao pensamento deste autor, visto que por meio desta perspectiva podemos compreender que as histórias das comerciantes ambulantes não são narrativas barbáries, ao contrário, elas são fundamentais para que consigamos compreender uma parte importante do processo historiográfico. Bárbaro é a forma que a colonialidade imposta sobre estas marginaliza, discrimina e oculta. Todavia, visando superar estes estigmas, irei apresentar no tópico a seguir a participação destas na estrutura econômica para reverter a ideia de que não só a figura masculina branca foi importante no eixo econômico.

2.2– O papel das quitandeiras na economia belenense

Pensar o papel das quitandeiras no espaço urbano é fundamental para compreender o processo de resistência e atuação destas no centro da cidade. No entanto é de suma importância pensar também que estas mulheres eram peças fundamentais para uma parcela do desenvolvimento econômico da sociedade da época. Enquanto foram escravizadas, dinamizavam o comércio através do pecúlio e por meio da exploração de mão de obra destas, posteriormente, quando mulheres libertas, utilizavam o comércio ambulante para seu sustento e o sustento dos seus, mas ainda assim, mobilizando parte da economia através dos impostos que estas pagavam em suas quitandas.

Para o desenvolvimento desse estudo na perspectiva econômica, utilizo como referência os estudos de Fernand Braudel (2009), no qual o autor busca situar as realidades econômicas e sociais dentro das divisões do espaço e do tempo. De acordo com Braudel, a dimensão mais acessível e mais ampla do espaço é a dimensão econômica, de modo que esta se torna autossustentável através das relações de vínculos e trocas. Nessa perspectiva, busco perceber a atuação das quitandeiras com o que Braudel caracteriza como economia-mundo.

Para isso, é fundamental descrever que este modelo de economia busca se solidificar em espaços urbanos que ratificam um modelo econômico capitalista, na qual defende-se a hierarquia de poder. Acerca das mulheres ambulantes, quando escravizadas, eram consideradas pela elite como sujeitas inferiores, as quais iriam compor, junto com outros sujeitos marginalizados, a base da pirâmide, visto que estes não eram considerados seres humanos dignos de ascensão. Ao adentrar em um sistema capitalista, pós o regime escravocrata, estes mesmos sujeitos seriam direcionados aos trabalhos que os indivíduos da elite não queriam ocupar (trabalhos braçais), por considerarem ofícios inferiores, corroborando com a narrativa de que estes precisavam estar na base piramidal.

Além disso, o estudo econômico desenvolvido por Braudel demonstra que a economia-mundo acontece em um polo urbano caracterizado com uma sociedade heterogênea, marcando então um leque de diferentes culturas, mas que não anulam o objetivo de controle – econômico e político – que aqueles que estão no topo da pirâmide visam ter sobre aqueles que estão na base. Sendo assim, entende-se que a economia-mundo está diretamente associada as questões de centralização de poder e riquezas.

Acerca disso, é possível compreender a visão colonial que a elite paraense apresentava sobre as vendedoras ambulantes. De acordo com o que foi mencionado no tópico anterior, é evidente como a estrutura hierárquica se dava na sociedade da época, de modo que estas indivíduos fossem configuradas como sujeitas inferiores àqueles que compunham a elite. As disparidades se davam de forma social, econômica e política, mas não somente, uma vez que se tornou perceptível as desigualdades nas vestimentas, nos afazeres do cotidiano e também no objetivo de afastá-las dos espaços que a burguesia residia e/ou costumava frequentar.

Ademais, ainda utilizando como referencial teórico Braudel, vamos perceber algumas formas que fizeram com que as pretas quitadeiras atuassem no desenvolvimento econômico. Todavia, antes de introduzir tais questões, é válido mencionar que para realizar a escrita deste estudo, foi necessário a elaboração de uma leitura inversa das fontes encontradas. As fontes consideradas como oficiais não retratam essas mulheres como sujeitas ativas, apenas como figuras perigosas, que violavam a ordem da cidade. Estas indivíduos, em sua maioria, não tinham nem direito de serem nomeadas nestas fontes de estudo, apenas eram descritas como simbologia de desordem.

Dito isso, daremos início a análise buscando compreender nas questões cotidianas dessas mulheres a participação ativa dessas no cenário econômico. Cecília Soares (1996) descreve como as mulheres negras (sejam elas escravizadas, libertas ou livres) ocupavam um lugar de destaque dentro dos trabalhos urbanos. A autora realiza uma abordagem sobre como o pecúlio era tido de maneira distinta por essas pessoas, uma vez que as negras quitadeiras libertas obtinham o lucro total das suas vendas, enquanto que as escravas de ganho precisavam destinar aos seus proprietários parte de suas aquisições.

O ofício do trabalho ambulante se estrutura no Brasil ainda na colônia. Segundo Sheila Farias (2000), inicialmente esse trabalho era destinado às mulheres brancas, as quais tinham leis que as protegessem e proibiam que os homens exercessem o ofício de vendas. Posteriormente, as mulheres brancas vão perdendo esse espaço, visto que o comércio ambulante se torna um trabalho de mulheres de cor – escravizadas ou libertas. Sobre esse primeiro grupo supramencionado, pode-se fazer uma alusão à literatura brasileira de Álvares de Azevedo (2017), pois o autor apresenta em sua obra "o cortiço" a personagem Bertoleza, escrava de ganho, a qual tinha o ofício da venda de alimentos diversos em sua quitanda e encaminhava ao seu dono parte do dinheiro conquistado a partir das vendas realizadas por ela.

A narrativa literária pode ser considerada como um reflexo da sociedade da época, na qual as mulheres que eram escravas de ganho precisavam direcionar parte do que recebiam aos seus senhores. Outra forma dos senhores das escravizadas obterem renda por meio destas, seria através do aluguel dessas mulheres, ofertando a sua força de trabalho a outros. Tal fato pode ser percebido nos trechos das seguintes manchetes dos jornais coletados:

“precisa-se alugar uma rapariga, livre ou escrava, para lavar e cozinhar para uma família composta de pessoas inclusive uma menina de dois anos e meio. A tratar com dr. Cordeiro de Castro no seu escriptorio ou na casa de sua residencia á estrada do Arsenal. Pará 27 de agosto de 1870”. (Sem autor: ALUGA-SE. *O liberal do Pará*, Belém, 27 de agosto de 1870.)

“compram-se 2 escravas; de cor preta em preferência de 16 a 22 anos de idade e que saibam cozinhar, lavar e emgomar(...)”. (Sem autor: Vendas. *Diario de Belém*, Belém, 3 de abril de 1870)

As referências utilizadas nos jornais acima nos permitem perceber que ter escravos de ganho era de um grande valor econômico, uma vez que o dinheiro utilizado na compra destes seria reembolsado após um período do ofício por eles realizado (COSTA, 1991). No mais, pode-se perceber também a imposição de hierarquia de classes e de poder trabalhado por Braudel na sociedade escravocrata, uma vez que a base piramidal exercia função braçal em prol do desenvolvimento econômico da burguesia.

Ademais, é fundamental perceber a relação de troca estudada por Braudel, supracitada no início desse tópico. Estas mulheres escravizadas quando direcionadas ao comércio ambulante, precisavam entregar aos seus senhores um valor pré-estabelecido em acordo entre estes, o qual seria combinado através de alguns fatores: idade, sexo, saúde e etc. Se por um lado, os donos destas escravizadas de ganho adquiriam capital através da força de trabalho dessas elas, por sua vez, também poderiam acumular “riquezas” para, posteriormente, comprar suas cartas de alforria.

Acerca disso, Henry Bates (1979) retrata a história de uma escravizada conhecida como tia Rufina. Ele afirma que esta nasceu na condição de escrava e teve que obter a licença de seu senhor para realizar o comércio de vendas. Por meio deste ofício, ela conseguiu comprar sua alforria. Posteriormente, conseguiu comprar a carta de alforria de seu filho e sua própria casa (apud, MACÊDO, 2009, p. 189). Por meio desta afirmação, é possível compreender que as vendas realizadas por estas mulheres também como simbologia de resistência, uma vez que por meio destas elas conseguiam adquirir suas liberdades, mas também as de seus parentes. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido

pelas mulheres quitadeiras podem ser pensados como uma forma de brechas para superarem o regime escravocrata.

Na ideia de troca estabelecida por Braudel, entende-se que na economia gerada pelas escravas de ganho, tanto os senhores quanto estas mulheres conseguiam adquirir bens, portanto, não podemos pensar este ofício apenas como um meio de domínio dos corpos destas, mas também como formas de romper a lógica colonial de dominação e subordinação.

Além disso, outra forma de perceber a dinamização econômica das mulheres quitadeiras pós o período escravocrata é por meio dos impostos que estas pagavam por suas quitandas. As vendas realizadas nas quitandas eram fundamentais para essas mulheres e para o Estado. Para as quitadeiras era importante, pois este era um recurso para manterem seus sustentos. Isso porque, o fim da escravidão não marcava o término das problemáticas vivenciadas por essas indivíduos. Através de uma análise historiográfica, percebe-se a ausência de política pública para a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho (e até mesmo no cenário da cidade) e para o Estado porque os tributos desses espaços seriam destinados a ele, tal qual pode ser percebido na fonte a seguir:

“Declaro ao sr. Administrador do Mercado municipal, em solução ao seu officio de 5 do corrente, que os commerciantes ambulantes que estacionarem, com prévia licença, no recinto d’esse estabelecimento, ficam sujeitos ao pagamento do aluguel do local que ocuparem, do mesmo modo por que se procede com os que allí assentam bancos ou aparadores”. (Lemos, 1898, p. 39)

Ainda sobre isto, é importante perceber como os vendedores ambulantes eram obrigados a pagar para realizar suas vendas no espaço do mercado. Todavia, por meio da fonte que será apresentada a seguir, é possível perceber a dificuldade que os comerciantes ambulantes possuíam em realizar suas vendas em outros espaços, uma vez que os agentes do Estado viviam a controlar estes sujeitos para que eles não realizassem suas vendas em ambientes que seriam espaços de lazer da elite.

“O sr. fiscal geral envie-me, com urgencia, uma relação nominal dos individuos a quem se ha tolerado que estacionem nas vias publicas para o exercicio de qualquer commercio, com indicação dos lacaes designados para tal fim, providenciando immediatamente para que cesse a mesma tolerancia nas avenidas da praça da República e cantos das ruas que para allí convergem” (LEMOS, 1989, p. 47).

Neste sentido, é possível perceber o controle que estavam impostos a estes vendedores, os quais não poderiam ter autonomia nos espaços públicos para realizarem seus ofícios, uma vez que estariam enfeitando estes locais. Mas não somente, visto que

por meio deste controle, eles seriam obrigados a encaminharem suas vendas para o mercado, no qual seriam obrigados a pagarem imposto para poderem comercializar.

De acordo com Antônio Lemos (1907), visando alcançar o processo de higiene na cidade, os vendedores ambulantes necessitariam realizar suas vendas em carrinhos, os quais apresentavam um contrato de exploração destes. Ainda nessa perspectiva, Sidiana Macêdo (2016), descreve que na virada do século XIX para o XX, houve um aumento de trabalhadores comerciantes, o que fez com que o governo local estabelecesse uma regulamentação de controle, os quais estariam diretamente associados às cobranças de impostos sobre esses vendedores ambulantes. Sendo assim, podemos perceber que estas regulamentações eram elaboradas em conjunto com a fala de organização e limpeza social. Entretanto, o Estado não deixava de utilizar o controle sobre o ofício das vendedoras ambulantes também para arrecadarem rendas por meio deste trabalho.

Outrossim, é de suma importância pensar a atuação dessas mulheres no comércio fazendo um paralelo com a alimentação. Para Sidiana Macêdo, “(...) As quitandas se mantêm como um espaço importante de vendas de alimentos ainda em meados do século XX” (2016, p.75). Logo, por meio desta afirmação podemos entender que a prática de vender alimentos se estendia durante os anos, pois, como já foi mencionado, pós o regime escravocrata, este era um dos principais meios de sobrevivência destas mulheres que foram postas às margens da sociedade.

Tela 1: Vendedora de tacaca



Tela Vendedora de Tacacá de Antonieta Santos Feio, 1937. Museu de artes de Belém.

A obra utilizada acima permite perceber como eram realizadas parte do comércio ambulante. A vendedora ambulante tinha a sua barraca pequena armada na rua, com a presença de algumas panelas e cuias sobre a mesa, as vestimentas de rendas e os panos – tanto da mesa, quanto os que cobriam as panelas – eram nas tonalidades brancas, pela maior facilidade de perceber como estavam limpos. Essa prática buscava sempre fazer uma alusão à ideia de higiene pregada pelos elitistas. A mulher do quadro apresenta em sua cabeça um arranjo de flores e alguns cordões no pescoço, semelhantes às guias de fio de contas¹⁰ utilizadas em cultos afro religiosos, provavelmente representando o orixá a qual a vendedora pertenceria e um bracelete semelhante a um contra-egum¹¹. Porém, uma das principais questões nesse momento é perceber que nem mesmo estas pequenas bancas comerciais estavam isentas de pagar impostos ao governo da época

Acerca disso, tal qual fora supracitado percebe-se mais uma vez a economia-mundo estabelecendo-se na sociedade paraense, na qual o modelo econômico capitalista impulsionava-se. A força de trabalho realizada pelas pretas quitadeiras desenvolvia parte da economia da cidade, mas não isentavam essas mulheres da base piramidal. Pelo contrário, faziam com que estas sofressem repressão política, econômica e social.

Ao me deparar com a tela “a tacacazeira” penso em um trecho específico da música utilizada para titular esta pesquisa. “tinha uma vendinha no canto da rua onde o mangaieiro ia se animar tomar uma bicada com lambu assado e olhar pra Maria do Juá.” Tal fonte possibilita inferir as dimensões de trocas existentes por meio das quitadeiras e/ou suas quitandas. Estes espaços podem ser configurados como locais estratégico dos sujeitos escravizados, para reuniões de conversas, para beber e etc. Por isso, as regulamentações sobre a reunião de escravizados e/ou livres pobres eram tão enfáticas sobre este costume. A preocupação de politizarem esses espaços foi uma constante nas políticas de controle social (LOPES, 2002). Para além dessas questões, é possível pensar as quitandas como espaços que também seriam de descontração dos sujeitos marginalizados e que fariam desses ambientes uma forma de superar as amarguras do cotidiano. Logo percebemos aqui a economia como uma relação de trocas e vivências, tal qual descreveu Braudel.

¹⁰ De acordo com Sergio Ferreti (1986), os fios de contas, no tambor de mina, seriam uma espécie de simbologia e referência ao vodum e/ou orixá que cada pessoa recebe.

¹¹ Segundo Américo Polichetti (2015), o contra-egum seriam um item de proteção utilizados por afro-religiosos com objetivo de afastar ataques espirituais.

Acerca da mobilização social que ocorriam nesses espaços de trabalho, de acordo com Luciano Figueiredo (1997), estas comerciantes sofriam repressões pelos códigos de postura, haja vista que elas eram definidas como pessoas perigosas dentro das áreas das minas. Segundo ele, as quitandeiras vendiam aos trabalhadores das minas os alimentos, bebidas e auxiliavam estes a furtar ouros das mineradoras.

Logo, devemos pensar que, embora este trabalho fosse fortemente controlado pelas autoridades, era um ofício preciso, pois possibilitavam uma acessibilidade ao abastecimento dentro das áreas de mineração e gerava um retorno econômico ao Estado. Dito isso, pode-se entender como as ações desse ofício era marcada por um processo de resistência das comerciantes e também por dinamizar uma rede econômica e social.

Portanto, compreende-se que o processo colonizador tinha como objetivo central dominar o espaço urbano, a economia e o corpo dos sujeitos subalternizados. A historiografia tida como oficial apresentava essas mulheres como sinônimo de vandalismo e desordem do espaço urbano, desvalidando a importância delas no mercado. Todavia é de suma importância pensar que o ofício das quitandeiras – livres, libertas ou escravizadas – foi essencial para o desenvolvimento econômico da cidade de Belém.

A participação das vendedoras ambulantes marcava um espaço urbano mais dinamizado. Essas sujeitas marcavam os espaços das ruas com suas vendas. O comércio de alimentação foi de grande importância para essas mulheres manterem seus sustentos, pela contribuição econômica dada diretamente ao governo através de seus impostos e a sociedade como um todo, uma vez que estas alimentavam parte da população.

Portanto, é possível perceber a importância que o trabalho realizado por Braudel teve para a contribuição de uma perspectiva econômica referente a atuação das vendedoras ambulantes. Entende-se que a análise econômica não se isola de uma perspectiva social, pelo contrário, implica diretamente nestas questões.

A hierarquia do poder se estabeleceu sobre essas mulheres, visando sempre explorar a mão de obra destas, na qual percebeu-se o objetivo da elite em colocar essas mulheres sempre na base da sociedade econômica. O modelo capitalista visava a exploração da mão de obra dessas mulheres. No entanto, é de suma importância, perceber como elas foram fundamentais para desenvolver parte da economia paraense durante a transição do período estudado nessa pesquisa.

Dada esta nova perspectiva acerca da importância da contribuição destas mulheres no âmbito econômico, o capítulo seguinte buscará compreender a dimensão destas mulheres no quesito social. As abordagens realizadas a seguir, permitirão perceber

que a história das mulheres vendedoras não se limita ao processo de dominação, mas também de resistência. Além de promover a possibilidade de ler as fontes não verbais produzidas pela elite possibilitam perceber elas como sujeitas ativas de suas próprias narrativas.

Quitadeiras: uma análise além dos estigmas de dominação

Este capítulo tem como objetivo central perceber a participação ativa das mulheres quitadeiras pretas na construção social, sobretudo na população paraense, através das fotografias realizadas no período deste estudo. Essa fonte permite contrastar as narrativas historiográficas oficiais. Nelas, as mulheres quitadeiras, sujeitas deste estudo, sempre são apresentadas de maneira eurocentradas, uma vez que estas indivíduos são parte de um grupo que foi marginalizado.

Neste sentido, esta pesquisa visa perceber estas mulheres como sujeitas ativas de suas próprias narrativas e essenciais na construção do cenário da cidade. A perspectiva a qual busco apresentar sobre estas sujeitas é de uma forma ontológica, na qual estas são a simbologia de resistência na historiografia brasileira. Logo, este capítulo visa apresentá-las como peças fundamentais para o rompimento com as ideias coloniais e hegemônicas.

Para a construção desse debate, o seguinte capítulo está estruturado em três subtítulos, sendo o primeiro uma análise acerca das mulheres que viviam em Luanda. As chamadas donas, as quais seriam as grandes mulheres que dominavam o eixo econômico em terras africanas. A percepção que faço acerca destas mulheres tem dois objetivos: perceber que a história da economia também é composta por grandes mulheres. Além de que, é essencial pensarmos que as histórias das mulheres pretas são complexas e não se limitam a uma história de subordinação.

O conceito de encruzilhada abordado neste estudo é utilizado com o objetivo de emergir novos conhecimentos, os quais não se limitam a pensar o processo histórico apenas através do modelo ocidental. A encruzilhada utilizada neste estudo é pensada com o propósito de refletir possibilidades.

No mais, a resistência vivenciada pelas quitadeiras no cenário socioeconômico da época, pode ser caracterizada como uma luta contra os códigos de postura impostos por uma sociedade colonial hegemônica. De acordo com Djamila Ribeiro (2020) é fundamental ultrapassar a ideia de que essas mulheres são indivíduos limitadas apenas a experiências da colonialidade, do racismo e de um passado escravistas. Para a autora, se visa compreendê-las como sujeitas políticas e agentes de resistência.

Sendo assim, busco fazer também conexões da atual pesquisa com o conceito trabalhado por Djamila Ribeiro que aponta como o discurso hegemônico da sociedade corroborou para uma construção hierárquica de poder. Pode-se perceber, através das fontes utilizadas, como a elite local visou silenciar, objetificar e marginalizar essas

mulheres, desvalidando suas narrativas. Logo, após verificar essas problemáticas, viso perceber as fontes acerca destas mulheres com uma outra perspectiva, na qual essas sujeitas são as protagonistas de suas vivências.

Posteriormente, ainda com o intuito de perceber a narrativa destas mulheres por outro viés, busco utilizar como objeto de estudo as fotografias, as quais podem ser um elemento fundamental para investigar o passado. Seguindo a ideia de Marcio Sônego (2010), o uso de imagens é importante não apenas para perceber a contribuição de representação, mas também para perceber as problemáticas sobre a construção de determinadas fontes historiográficas.

Assim sendo, esse trabalho utilizou a fotografia como maneira de perceber como eram descritas as vendedoras ambulantes durante aquele período. Busca-se também compreender o processo de resistência dessas mulheres na sociedade do silenciamento, evidenciando que essas mulheres, diferente do que se acreditou por muito tempo, lutavam conta o discurso colonial. E apesar da tentativa de descaracterizar essas mulheres e a identidade delas, estas resistiram e estão presentes nesse debate.

3.1 – Nas esquinas da vida: o comércio urbano como meio de sobre(viver).

Este item tem como objetivo apresentar as mulheres negras sob novas lentes como indivíduos que emergem na historiografia como simbologia de ascensão. Neste contexto, busco apresentar a participação ativa das mulheres negras em determinados espaços da sociedade africana para compreender, posteriormente, o ofício delas em terras brasileiras. Por meio desta perspectiva, podemos romper com a lógica do colonialismo, na qual as mulheres pretas são descritas como sujeitas marginalizadas e sexualizadas. Para entender a importância das abordagens em que estas mulheres sejam caracterizadas como sujeitas autônomas, busco utilizar o conceito de encruzilhadas de Luiz Rufino (2019).

Inicialmente, podemos pensar o conceito de encruzilhada, como aquela que é morada de Exú, sendo este a própria força cósmica de encruza. “Exú é também o primeiro a ser criado e aquele que fundamenta toda e qualquer forma de existência. Assim, compreende-se como um princípio radical que transgrida as dimensões explicativas assentes no ocidente” (RUFINO, 2019, p. 19). Logo, é possível perceber que por meio da pedagogia exusíaca pode-se alcançar novas formas de estudo sobre as vendedoras ambulantes, uma vez que minha percepção sobre estas, busca se contrapor a lógica colonial de que estas seriam pessoas que não acrescentavam no espaço da cidade.

Na mitologia iorubá, exú seria o orixá das trocas, comunicações e o mensageiro. Nesse sentido, podemos pensar: na perspectiva colonial há relações de trocas e como estas são expostas? Na ótica ocidental, que tipo de comunicação foi repassada? Enquanto pesquisadores, que tipo de mensagens encaminhamos e/ou reforçamos aos nossos leitores?

Nesta encruzilhada, busco fazer uma análise semelhante à de Luiz Rufino, na qual meu objetivo não é silenciar ou ocultar os discursos da elite. Mas problematizá-los e perceber que na encruzilhada ocidental a narrativa apresentada sobre os subalternos expõe uma história do não existir, da hierarquização e do silenciamento dos corpos. Para Rufino (2019), a encruzilhada pode alcançar três eixos: o político, por meio da transgressão do discurso colonial; o poético, alcançando as gramáticas dos sujeitos marginalizados e o ético, permitindo que seja emergido novas práticas educativas. Assim sendo, percebe-se a importância de abordar o conceito da encruzilhada como aquela que transforma, uma vez que este permite descolonizar os pensamentos e nossas escritas, traçando outros caminhos a seres percorridos.

Ao realizar esta pesquisa sobre as quitadeiras, busquei pensá-las dentro destes três segmentos supracitados: no eixo político, percebo estas mulheres que atravessam as imposições coloniais e que resistem à tentativa de silenciamento, pois são fundamentais para alimentar parte dos sujeitos da cidade e para dinamizar parte da economia. Na perspectiva poética, através das dificuldades em localizar fontes sobre estas, percebo a precisão em construir novos objetos de estudos que possibilitem perceber a importância delas na sociedade paraense, desmistificando a ideia de que seriam passivas de suas próprias narrativas e também perceber na gramática ocidental formas de interpretá-las através do não dito. No quesito ético, visou alcançar a educação possibilitando novas formas de ensino, abrindo caminhos para novas perspectivas, que não sejam apenas as dos grandes homens e seus feitos. Dito isso, a partir deste momento, iremos identificar a participação ativa delas no contexto social.

De acordo com o dicionário *Oxford Languages*¹², o significado da palavra quitanda é: local onde se fazem negócios e/ou pequeno estabelecimento comercial. Dentro desse contexto, tem-se como objetivo realizar um estudo no qual será possível perceber a importância desse mercado para o desenvolvimento social e econômico das mulheres pretas libertas e escravizadas. O primeiro eixo é tornar nítido como esse ofício

¹² Acessar: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>

não é exclusivo das mulheres brasileiras, mas que se originou em terras africanas e, posteriormente foi adotado no Brasil como trabalho de ganho e em seguida, como forma de resistir a pobreza e exclusão das mulheres pretas na sociedade brasileira.

A título de ilustração, os estudos sobre a atuação das mulheres pretas como agentes fundamentais nos processos econômicos são ocultados dentro das narrativas historiográficas, sobretudo quando essas são as donas¹³. Os estudos realizados por Selma Pantoja (2004) apontam as vivências de uma sociedade pré-capitalista, na qual, segundo ela, até metade do século XIX, parte da economia em Luanda era mobilizada por essas comerciantes, as quais desenvolviam não apenas as colônias como também os centros urbanos.

Desenho 1: Mulher euro-africana



Mulher euro-africana. 179. Fonte: Los Angeles County Museum of Art. [Sítio Institucional]. Disponível em: <https://collections.lacma.org/node/208521>

¹³ Donas: mulheres de Luanda que obtinham ascensão social e econômica.

Desenho 2: Mulheres de Serra Leoa



Mulheres de serra Leoa (1805) Fonte da imagem: Slavery Images. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/africanas/mammy-skelton-1800-1855/>

Os desenhos utilizados acima buscam direcionar um olhar sobre as mulheres luso-africanas, denominadas por Vanessa Oliveira (2018) como Donas. Essas mulheres, filhas de imigrantes e mulheres locais, eram consideradas como portuguesas, independente da tonalidade de suas peles. A caracterização dessas mulheres como donas davam a elas um *status quo*, possibilitando que estas acumulassem bens e administrassem parte do comércio local. O primeiro desenho utilizado acima representa a Dona Ana Joaquim dos Santos, conhecida por ser uma das maiores traficantes de escravos de Angola e proprietária de vários prédios e engenhos (PANTOJA, 2004). Assim sendo, percebe-se que o mercado era mobilizado pelas mulheres pretas não apenas como aquelas que estavam na base, mas também no topo da pirâmide financiando e investido na economia de Luanda.

Outrossim, tornou-se evidente que o comércio urbano era praticado, majoritariamente, por mulheres, principalmente através das vendas de objetos e alimentos. Para Vanessa Oliveira, “muitas pretas livres encontraram oportunidades como quitadeiras no comércio a retalho das ruas e quitandas, como os mercados eram conhecidos em Angola” (2018, p. 451). Tal fato permite perceber as dinâmicas urbanas possibilitadas pelas quitadeiras e suas quitandas, permitindo a estas sujeitas uma maior autonomia econômica, o destaque social e o desenvolvimento comercial nas ruas.

Além disso, é fundamental destacar o porquê desse comércio ter a frente uma figura feminina. Em Luanda, as mulheres que vivenciavam nos espaços urbanos tinham uma função doméstica, mas realizavam também atividades do campo. No olhar direcionado ao espaço urbano, estas mulheres seguiam cuidando das alimentações através das vendas de frutas, alimentos e quitutes. Este comércio possibilitava, por vezes, o seu sustento e de suas famílias. No mais, quando as quitandas eram de mulheres libertas podiam agregar novas quitandeiras em seus comércios (FREITAS, 2015).

No mais, outro fator importante é destacar a presença da religiosidade nesse ofício. Dentro desse contexto, as questões culturais dialogavam diretamente com as questões econômicas. No quesito religioso, as ganhadeiras seguiam suas vendas dentro de dois eixos, sendo esses: as práticas de encantamentos ou o cristianismo. O primeiro rito é aplicado através das vestes e adereços da religiosidade. Enquanto que o segundo rito religioso é aplicado através de referenciais locais do cristianismo (FREITAS, 2015, 28). O diálogo existente entre a fé e o ofício pode ser caracterizado como um dos meios de resistência para sobreviver aos obstáculos vivenciados no cotidiano.

A prática das quitandeiras era comum também nas ruas do Brasil colonial. Afinal, o escravo de ganho era um dos principais meios para se obter o pecúlio, tanto para o sujeito escravizado (o acúmulo por partes apenas destes indivíduos só se tornou possível após a Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871) quanto para seu senhor. No entanto, é válido mencionar que este trabalho não era exclusivamente das mulheres escravizadas, mas daquelas também que precisavam sobreviver e alimentar seus filhos (SOARES, 1996). No mais, é fulcral destacar que os ganhos das mulheres livres eram distintos daquelas que eram escravizadas, haja vista que as não escravizadas não precisavam destinar aos seus senhores parte do que ganhavam através de suas vendas, tal qual foi exemplificado no capítulo anterior com a obra “O cortiço”

De acordo com Soares (1996), o comércio urbano não era estranho para mulheres que eram traficadas do continente africano. Tal qual já fora supracitado, as pessoas do sexo feminino estavam à frente da mobilização comercial em determinados espaços da costa da África. A autora ainda afirma que as mulheres africanas foram as mais ativas nas ruas do Brasil até a metade do século XIX, visto que, teoricamente estas apresentavam uma maior habilidade para tratar com a freguesia. Isto permite perceber como o ato da venda precisava de alguns recursos, que iam além do ato de vender. As ganhadoras precisavam além de conhecer seus produtos, necessitavam também estabelecer algumas estratégias para conquistar seus clientes, uma vez que este era um comércio disputado.

Por meio da tela Benedito Calixto (1906) é possível fazer um contraponto acerca das perspectivas sobre as mulheres brancas e pretas e a descrição feitas sobre estas. Se por um lado, as mulheres negras eram consideradas marginais, por outro as mulheres brancas eram configuradas como senhoras que viviam pra realizar funções do lar. Todavia, é fundamental destacar que estas individuais não estavam isentas ao processo de dominação, uma vez que elas também estariam inseridas em uma sociedade patriarcal.

Tela 2: recanto de jardim



Benedito Calixto. Recanto do jardim. 1906. Disponível em: <https://mabe.belem.pa.gov.br/acervo/>

Por meio da tela utilizada acima, podemos perceber que, diferente das mulheres negras, o registro desta não foi realizado nas ruas. A mulher parece estar presente em um espaço privado. Na tela é possível perceber o espaço arborizado, com bastante flores. No mais, é notório a presença de um homem neste registro, possivelmente era um jardineiro, penso isto pela presença de um regador, um ancinho (e uma pá?).

Sobre a mulher, é possível perceber as diferenças nas vestimentas e nos objetos utilizados entre esta individual e as mulheres negras, as quais serão apresentadas em registros não verbais nos tópicos seguintes. Se as mulheres negras eram registradas com o corpo as amostras, esta, por sua vez estava com o corpo todo coberto, evidenciando que a sexualização dos corpos se dava de forma mais agressiva aos corpos negros.

Além de que, as roupas desta mulher possuíam tonalidades, se distinguindo das vestes do trabalhador presente na tela, visto que ele, assim como as quitandeiras, utilizava vestes brancas, possivelmente fazendo uma alusão a ideia de higiene. No mais, é possível analisar que, enquanto as vendedoras ambulantes eram apresentadas com utensílios como

balaios e/ou cestas com alimentação evidenciando seus ofícios, as mulheres brancas possuem adereços como sombrinhas.

Para as mulheres brancas, as flores estariam a constituir o cenário que estas frequentavam, enquanto que as mulheres negras utilizavam as flores como parte de um adereço de embelezamento. Além disso, foi possível evidenciar que a maioria das mulheres negras foram registradas como individuais que estariam olhando de baixo para cima ou nem encaravam aqueles que faziam estes registros. Enquanto que a mulher da tela acima, embora apresentada de costas, parece olhar para o trabalhador com uma visão de cima para baixo. Isto permite fazer uma alusão ao fato de que esta mulher estaria inserida em um local acima deste trabalhador na pirâmide social.

Por meio das disparidades nos objetos e nas vestimentas, é possível perceber como estas mulheres vivenciavam processos diferentes em um mesmo período. As preocupações das mulheres brancas estavam associadas com as questões domiciliais e da família, elas não precisavam – ou não poderiam – ter preocupação com as questões econômicas, visto que, teoricamente, os homens teriam esta responsabilidade. Por outro lado, de acordo com o que fora abordado no capítulo anterior, as pretas quitadeiras não deixavam as responsabilidades econômicas apenas para as figuras masculinas, pois estas estavam a frente de pequenos negócios. Por meio das vendas, as vendedoras ambulantes configuravam o espaço urbano e sua economia.

Sendo assim, faço uma alusão das quitadeiras com as chamadas donas de Luanda. É fundamental refletir ao fato de que enquanto as mulheres brancas – em sua maioria – estavam isentas das questões econômicas, as mulheres ambulantes eram fundamentais para contribuição econômica na cidade de Belém. Embora as quitadeiras não compusessem o topo piramidal, como as donas, elas mobilizavam também o comércio. Dito isso, é de suma importância validar a presença destas sujeitas nas estruturas econômicas da sociedade. As narrativas das mulheres quitadeiras não se restringem aos discursos civilizatórios, na qual estas são mencionadas – ou nem são mencionadas – como figuras marginalizadas e coisificadas.

Nesta encruzilhada, minha premissa é evidenciar novas formas de pensar e perceber as quitadeiras. Resgatar o cotidiano delas é essencial para compreendê-las como agentes ativas economicamente. O trabalho que foram desenvolvidos por elas não podem ser configurados apenas como um meio de dominação, mas também como simbologia de resistência, por ser uma das formas de ganharem suas vidas e por

conseguirem se inserir na sociedade do trabalho e da economia, que eram estruturas patriarcais.

Outrossim, a escravidão urbana vivenciada pelas pretas de tabuleiro está longe de ser apenas um processo de opressão que essas mulheres sofreram. Pensar a atuação destas como sujeitas que se opõe ao sistema patriarcal da época é de suma importância. As mobilizações destas trabalhadoras nas ruas das cidades davam a elas autonomia, confrontando não apenas o papel das escravas domésticas, que viviam a todo tempo sob uma submissão aos seus senhores, como também das mulheres brancas da elite que viviam sob questões de resguardo em seus lares (DIAS, 1985). É por meio desta perspectiva que penso a encruzilhada como um meio ontológico, na qual, por meio dos cotidianos é possível romper a lógica colonial. A encruzilhada neste estudo pode ser considerada como um caminho de possibilidades, na qual consigo propor uma nova visão sobre as quitandeiras e suas participações ativa econômica e sociais.

Discutir a presença destas mulheres no cotidiano e nas construções destes espaços urbanos é fundamental para a historiografia. De acordo com Maria Odila Dias (1983), a população de São Paulo era composta, em sua maioria, pelas figuras femininas. No entanto, a ausência destas mulheres nas narrativas historiográficas é notória. Mas cabe a nós problematizar: quem são estas mulheres que ficaram silenciadas? Segundo a autora, essas indivíduos, em sua maioria, seriam as mulheres pobres, escravizadas e livres que buscavam seus sustentos através do comércio urbano. Assim sendo, percebe-se um projeto político patriarcal que visa desvalidar e ocultar as histórias das mulheres, sobretudo pretas. Logo, as encruzilhadas são pensadas como um referencial que permitem várias possibilidades, rompendo com a ideia de uma história única. Nesta lógica, se evidencia os saberes que podem se cruzar com outros, permitindo a construção de uma análise de mobilidade e de transformações das mulheres quitandeiras.

As práticas comerciais exercidas pelas negras quitandeiras nas ruas das cidades amazônicas são objetos de estudos que permitem descortinar cenas do cotidiano destas e da sociedade do século XIX e XX. A partir destas vivências, é evidente a disparidade da inserção da mulher preta e da mulher branca dentro do mercado de trabalho. As mulheres pretas exerciam seus trabalhos com vendas de quitutes nas ruas para obterem seus sustentos e/ou de seus senhores, enquanto que as mulheres brancas, por sua vez, de acordo com Wellington Conceição (2007) quando pertenciam à burguesia e tinham ofícios, estavam interligadas com profissões de *status* como enfermeiras, professoras, diretoras e

etc. Nesse sentido, é fundamental pensar a atuação da mulher preta dentro dos espaços urbanos e a configuração social dessas mulheres.

É de suma importância mencionar que o colonialismo trabalhado por mim está remetido não apenas na lógica que opera sobre os corpos, mas também sobre as mentalidades. Nesse sentido, é fundamental compreender que para transgredir as novas formas de olhar para compreender e historicizar estas mulheres irão perpassar pelos projetos coloniais, logo utilizo as brechas presentes nas fontes por mim utilizadas para percebê-las como uma das encruzilhadas para construir novas formas de saberes.

Através das análises realizadas, é possível afirmar que o ato de comercialização ultrapassa as questões econômicas. Ele também dialoga diretamente com os meios culturais, sociais e de resistência destas mulheres pretas. Os protagonismos destas agentes dentro do comércio urbano tornam evidente as estratégias utilizadas por elas para garantirem seus clientes e para iludir os agentes do estado e os códigos de posturas aplicado por estes. Além de ser um dos principais meios utilizados para conquistarem suas alforrias quando escravizadas.

É de suma importância ultrapassar o discurso político de que a população preta foi omissa ao processo de civilização e progresso. A política colonial durante séculos construiu saberes que marcam uma narrativa histórica de invisibilidade, hierarquização, subalternizações e epistemicídios – de povos e suas culturas (RUFINO, 2019). Neste sentido, a construção dessa pesquisa é elaborada a partir de uma pedagogia alternativa e decolonial sobre a atuação das mulheres pretas na construção social, econômica e política das sociedades, sobretudo paraense.

Entendemos como a colonialidade é uma política ocidental, a qual marginaliza, oculta e tem como objetivo dominar o Outro. A decolonialidade de Rufino é construída com o objetivo político e pedagógico, visando romper com as heranças e obras coloniais. Nesta pesquisa, tentamos reconstruir parte de nossa historiografia a partir de um eixo decolonial para compreender estas mulheres como seres que vão além da perspectiva de dominação.

Pensar e perceber novas formas de saberes é de suma importância para desarmar o projeto que oculta, silencia e marginaliza esses sujeitos. A encruzilhada é como um projeto libertador dos corpos destas mulheres e da mente colonial, a qual acredita que o processo histórico destas sujeitas se fundamenta apenas em coisificação, sem percebê-las como agentes sociais e políticas.

De acordo com Vicente Salles (1971), ao falar de escravidão na Amazônia é preciso destacar que, o sistema escravista urbano se distinguia do rural. Isso porque no campo o patriarcalismo atuava de maneira incisiva, visto que a figura paternal nesse espaço era muito importante. No que diz respeito ao meio urbano, Salles afirma que a formação familiar não era tão resistente, o que dava aos sujeitos escravizados uma maior “autonomia”. Logo, é possível perceber que as vendedoras ambulantes possuíam maior liberdade para estarem presentes nas ruas, não apenas realizando suas vendas, mas também criando laços com outros sujeitos.

No Pará, os escravizados urbanos atuaram em vários setores de mão de obra manuais e braçais, sendo esses cada vez mais numerosos. Estes sujeitos foram essenciais para o desenvolvimento da precária economia local, possibilitando a acumulação de pecúlio tanto para os escravos quanto para seus senhores.

Pensar a forte participação destes sujeitos para o crescimento da cidade é essencial, visto que através de seus ofícios – que eram marginalizados pelos brancos, os quais julgavam como trabalhos não dignos – expandiam o comércio no estado (SALLES, 1971). Através dos direcionamentos dados por Salles, é possível verificar a forte presença dos sujeitos negros nas mais variadas funções existentes na cidade, o que possibilita denunciar os discursos de omissão de atuação desses personagens. Assim sendo, é fundamental pensarmos novas formas de enxergar estes sujeitos, emergindo novos caminhos

A cidade de Belém foi uma das principais rotas escolhidas por escravizados que fugiam, tal fato dava-se pela expansão demográfica e de pessoas livres. Refletir sobre as mais amplas possibilidades de sobrevivências no meio urbano faz-se necessário nesse momento. Os escravizados tinham acesso a vida boemia, mas também a uma variedade de ofícios (BEZERRA NETO, 2002).

No meio desse cenário, destaca-se a função e a dinamização das mulheres pretas nas ruas de Belém durante o século XIX e XX. As figuras femininas escravizadas possuíam um papel importante em algumas atividades exclusivas e características delas, tais quais: as amas-de-leite, as lavadeiras¹⁴ (que podem ser pensadas também como forma de resistência e sobrevivência) e as quitandeiras, as quais são meu objeto de pesquisa.

Nesse sentido, compreendemos que as histórias das mulheres pretas perpassam por encruzilhadas. O foco dessa pesquisa foi perceber as encruzadas que até aqui foram

¹⁴ Ouvir: <https://youtu.be/YzXVxCIA5bw>

negadas, para que pudéssemos perceber que a história delas não se faz por uma única narrativa, no caso, a colonial.

A seguir será apresentado por meio de fotografias o objetivo político da colonialidade em descrever estas mulheres como figuras coisificadas, podendo compreender a fala que a sociedade branca e patriarcal apresentava sobre elas. No mais, por meio destas mesmas fontes, vai ser apresentado como estas mulheres se constituíam como figuras autônomas e que, apesar do domínio estrutural, elas podem ser consideradas como simbologia de resistências.

3.2 – Representações e construções das imagens objetificadas das mulheres pretas do século XIX

Ao buscar analisar as mulheres dentro do processo historiográfico, consigo perceber uma historiografia de silenciamento, e se restrinjo minha pesquisa para perceber as mulheres pretas, além de silenciadas, estas são marginalizadas e sexualizadas. De acordo com Djamila Ribeiro (2020), as mulheres pretas estão inseridas em um sistema estrutural que perpassa por uma opressão de raça, classe e gênero. Assim sendo, entendo a importância de perceber as construções feitas sobre estas mulheres e seus corpos e dizer qual a importância em discutir o conceito de lugar de fala para entender o discurso realizados sobre estas, mas também entender que as histórias delas não se limitam a um processo de objetificação e sexualização, ratificado pela história dos homens brancos.

O conceito trabalhado neste tópico possui uma análise semelhante à de Djamila Ribeiro. Para esta autora, trabalhar o local de fala é fundamental para que consigamos superar a narrativa dominante. Entender sobre este conceito é fundamental para que consigamos pensar quais histórias nos são contadas? Mais que isso, por meio deste conceito também é possível questionar quais histórias não são contadas?

Seguindo o trabalho de Ribeiro, pode-se perceber que o lugar de fala é uma denúncia à condição de seres humanos expostos a condições vulneráveis e agressivas, condicionando esses sujeitos a ausência de oportunidades (sociais, econômicas, culturais e políticas). Ainda para a autora, “uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experimentar gênero de uma outra forma”. (RIBEIRO, 2020, p. 60). Em vista disso, é possível compreender que as problemáticas vivenciadas pelas pretas quitadeiras perpassavam a cor de sua pele. Por serem mulheres e por virem de um passado escravista, não possuíam as mesmas

oportunidades que as mulheres brancas (e pobres) apresentavam. Tampouco possuíam a mesma realidade dos homens pretos que possuíam um passado em comum, uma vez que estes pregavam sobre estas a perspectiva misógina da branquitude: a de objetificação dos corpos, mas por serem homens o impacto sobre o corpo destes não chega de forma tão agressiva

Para Ribeiro (2020), o olhar colonial é imposto sobre as mulheres pretas em seus corpos, seus pensamentos e suas produções, uma vez que estas nunca são apresentadas por meio de si e de suas vivências, mas sim através da visão do Outro, na qual, geralmente estas são sempre descritas como sujeitas dominadas e submissas.

Neste sentido, o local de fala se constitui com o propósito de pensarmos novos pontos de partidas para propor narrativas alternativas que não tenham como princípio a história do domínio colonial. O local de fala tem a preocupação de se firmar por meio de uma análise coletiva, não invalidando as experiências tidas individualmente, mas para entender a hierarquização que se aplicam sobre os sujeitos marginalizados. Para autora, “(...) o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. (...) Lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude (...)” (RIBEIRO, 2020, p. 69). Sendo assim, utilizo o local de fala para que consigamos pensar que este está diretamente imbricado com o *lócus* social que determinados grupos estão inseridos. Neste caso, é de suma importância proporcionar uma historiografia que permitam perceber que existem outras vozes e não apenas a da dominação.

Nesta pesquisa, partimos da perspectiva de que os subalternos possuem local de fala e que devem falar por si. Pois, por meio desta ação, é possível romper com a lógica de dominação propagada pela sociedade branca e patriarcal. Tal qual Ribeiro, busco discorrer sobre este conceito não como um meio de emitir som, mas conseguir perceber estas mulheres por meio de outras lentes, ainda que as fontes que utilizo tenham sido feitas por aqueles que visavam reforçar a dominação e exploração destas mulheres.

Dito isso, percebemos que os estigmas expostos as mulheres pretas, sobretudo durante o regime escravocrata, na qual essas sujeitas foram fortemente violentadas, sexualizadas e objetificadas. Ao realizar esta pesquisa, pude perceber que a agência colonial visava a dominação das mulheres negras e seus corpos, pela construção de estereótipos dessas como mercadoria, seja visando obter sua força de trabalho ou até mesmo visando coloca-las como um objeto sexual.

Acerca disso, Bell Hooks (2020) realiza um estudo das mulheres negras escravizadas em terras estadunidense, na qual essas indivíduos foram submetidas a diversas formas de violência. A atual pesquisa fez uma análise semelhante ao buscar perceber os estigmas impostos a mulher negra e o mito da qualidade moral acerca dessas mulheres. Para isso, é fundamental entender o cenário o qual as mulheres pretas foram submetidas em um longo período da historiografia.

O século XIX ficou marcado por uma historiografia e literatura brasileira que fomentava a construção de uma identidade nacional. Dentro dessa perspectiva, é fundamental utilizar como objeto de análise a obra de Gilberto Freyre (1933), visto que este sujeito fora um dos principais escritores da época. Através do estudo realizado por Freyre, percebeu-se que a construção da mulher negra está diretamente associada a uma abordagem de omissão e sexualização, excluindo e silenciando a atuação econômica, política e social destas mulheres. No mais, pode-se perceber as múltiplas facetas das problemáticas sofridas por estas sujeitas: eram marginalizadas por serem mulheres, negras e escravizadas em uma sociedade branca, patriarcal e colonial.

É essencial perceber como as questões classista, racista e patriarcal estão diretamente interligadas. De acordo com Ivonete Vila e Paulo Cruz (2010) a articulação desses três elementos deu-se em prol de um projeto de dominação destas sujeitas. Por meio do conceito de local de fala, consigo perceber o inter cruzamento de modelos que ratificavam as formas de oprimirem estas mulheres. Além de perceber que, na lógica colonial, os sujeitos que estariam autorizados a falar, utilizavam estes espaços para inferiorizar as mulheres negras.

Segundo Lélia Gonzalez (2020), o período pós abolição manteve o racismo e o sexíssimo como um projeto político que se perpetua visando manter o interesse do opressor. Dados os fatos, entende-se que houve uma construção estereotipada sobre estas mulheres, cuja visão, ainda hoje perpassa no imaginário coletivo com o intuito de dominar e colonizar. Sobre isto podemos pensar que a invisibilidade destas mulheres é marcada por uma estrutura de domínio, visando manter estas mulheres nas margens.

Assim sendo, é essencial entender que a construção dessa identidade da mulher negra vem de uma perspectiva ocidental, patriarcal e racial. A percepção desta problemática é de suma importância para desarmar o projeto que oprime e silencia. Tendo em vista essas questões, a elaboração do atual trabalho primou por apresentar uma outra narrativa da participação dessas mulheres no processo histórico, por meio de suas próprias vozes. Ressaltando que estas vozes são apresentadas em uma condição social distinta

daqueles que possuem o domínio dos espaços, mas importante para transgredir e emergir novos tipos de conhecimento.

Neste sentido, a construção desta pesquisa foi visando pensar as mulheres pretas como sujeitas historicamente ativas, tendo em vista que elas sempre foram descritas como pessoas marginalizadas. O capítulo anterior nos possibilitou perceber em algumas frechas das fontes tradicionais a atuação das vendedoras ambulantes (mesmo quando escravizadas) nas ruas da cidade, mas as falas daqueles que as dominavam não contavam as suas histórias e quando comentadas, buscavam sempre reforçar uma narrativa de dominação.

Assim sendo, é evidente alegações semelhantes entre o atual trabalho e os estudos de Ribeiro (2020), uma vez que ambos visam destacar os processos de resistência e as dinâmicas desencadeadas por mulheres pretas. Nesse sentido, essa pesquisa foi construída fazendo uma análise do processo de resistência e de lutas sociais desenvolvidas pelas mulheres negras, sobretudo as vendedoras de quitutes, de modo que essas possam ser repensadas através do conceito de lugar de fala.

Portanto, os caminhos históricos que foram apresentados aqui possibilitam emergir novas formas de pensar as quitandeiras. A perspectiva dessa pesquisa foi pensar estas mulheres como agentes sociais que constituem parte de nosso passado de uma forma ativa. O local de fala que estabeleço sobre estas é sobre novas formas de se pensar e de historicizá-las.

As quitandeiras emergem aqui como objeto de estudo para superar a escrita colonial e de silenciamento delas e entender que as histórias destas mulheres não podem ser deslegitimadas. Apesar da tentativa de exclusão, estas mulheres eram peças fundamentais para a construção da cidade. Embora as fontes tentem ignorá-las como sujeitas sociais e/ou as marginalizem, elas não passam despercebidas. Elas estavam presentes nos espaços urbanos ora gentrificados por meio da política higienista de Antônio Lemos. A presença dessas mulheres no centro da cidade era de relevância para a própria economia local, tendo em vista que elas alimentavam parte dos sujeitos que compunham e mantinham esse cenário urbano, além de mobilizarem parte da economia, tal qual foi abordado no capítulo anterior. Para seguir esta análise e perceber quais tipos de falas estavam sendo expostos pela elite, mas também para ouvir as vozes que as quitandeiras entoaram, daremos segmento a este conceito no tópico a seguir, utilizando a imagem destas como fontes.

3.3– Se essa rua fosse minha¹⁵

As ruas são espaços que abrigaram, por muito tempo, aquelas que foram marginalizadas e silenciadas no processo histórico. Nas encruzilhadas das ruas e da vida, as mulheres pretas driblavam as tentativas do controle de seus ofícios e de seus corpos. O ataque colonial que impunha as mulheres negras a irem as ruas visando sobreviver – e por vezes manter a si a aos seus senhores – possibilitava o contra-ataque através de suas lutas, articulações e resistências nestes espaços.

A presença das mulheres quitadeiras marcou os espaços urbanos a partir do século XVIII. A propagação desse trabalho no Brasil deu-se através da necessidade local e estava associada como uma das atividades econômicas mais importantes durante o sistema escravocrata, visto que, além promover o abastecimento local e promover um dinamismo econômico, abasteciam também os navios negreiros tanto em suas longas viagens, quanto nas chegadas em solo brasileiro (FREITAS, 2015). As imagens utilizadas a seguir apontam a forte presença das mulheres no comércio urbano:

Imagem 3: Quitadeiras



Quitadeiras. Ferrez, Marc. 1875. Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2043>

Nesta imagem podemos perceber que uma destas mulheres possui os pés à mostra, logo, é possível afirmar que estas seriam um grupo de escravas de ganho. Elas estariam trabalhando com a venda de frutas, pude identificar maçãs e bananas dentro dos balaios. Estas sujeitas não possuíam propriamente uma quitanda, nem mesas para venderem seus produtos. A alimentação estava posta dentro de cestas.

¹⁵ Ouvir: <https://www.youtube.com/watch?v=UEOIEFNmvMs>

Acerca das vestimentas, pode-se perceber que além de estarem usando turbantes, todas elas utilizavam saias e/ou vestidos de tonalidades mais claras. A presença do turbante é fundamental para pensar que, embora o objetivo de civilizar estivesse imposto também no modo de se vestir, estas seguiam usando seus turbantes, o qual pode ser considerado um elemento de resistência e afirmação de identidade.

Imagem 4: Vendedora ambulante



Fonte: Vendedora ambulante, 1875. Marc Ferrez. 1843-1923. Biblioteca Nacional Digital.

Disponível

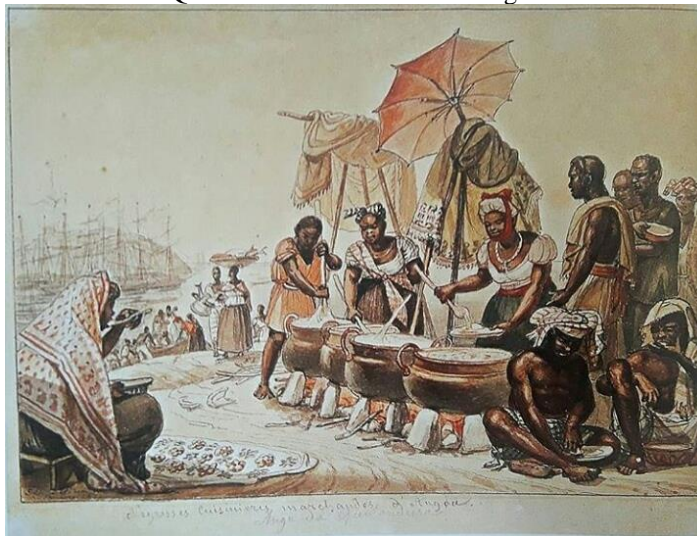
em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1450895/icon1450895.jpg

Na imagem acima, a vendedora estaria posicionada em frente a uma quitanda, cercada de diversos produtos, tais como: maçãs, cebolas e tubérculos em geral. Fazendo uma alusão à música que titulada este trabalho, percebemos nas duas imagens que estas mulheres trabalhavam com os mais variados tipos de produtos. Além de manter uma vestimenta característica das mulheres desse ofício: vestido de tonalidade branca e o uso de turbante.

No mais, nesse cenário, as ruas aparecem como um espaço ambíguo, pois, embora seja evidente a atuação da figura feminina no espaço urbano e a percepção de como essas utilizavam as ruas como um espaço de mobilização, eram também um espaço marcado pelo forte controle e domínio dos agentes do Estado sobre essas sujeitas.

Tela 3: Quitadeiras vendedoras de Angu



Négresses cuisinières marchandes d'angu. Aquarela sobre papel; 16,2×22,4 cm; J. B. Debret, Rio de Janeiro, 1826. In: Bandeira, Julio e Pedro Corrêa do Lago. Debret e o Brasil. Disponível em: <http://daquiloquese come.blogspot.com/2020/09/quitadeiras-vendedoras-de-angu.html>

Por meio da tela usada acima, pode-se perceber que é um grupo de sujeitos escravizados (é possível fazer esta afirmação pelos pés descalços) que estariam trabalhando com a venda de alimentos. A pintura é na antiga praia do peixe, pode-se perceber que as mulheres usavam em suas cabeças turbantes, as blusas eram de cores brancas. A população preta era quem estariam adquirindo a alimentação destas vendedoras. Segundo Debret (1940) o indivíduo sentado a frente estaria ralando mandioca. (apud, MACÊDO, 2020).

Acerca disso, Macêdo (2020) alega que o Angu, que seria uma massa feita pelo fubá de milho ou de mandioca, era um item muito consumido no Pará. Logo, podemos concluir como estas questões alimentícias dialogavam também com as questões culturais. Por meio das vendas de alimentos, estas mulheres conseguiam alimentar os trabalhadores que estavam nas redondezas e resgatar valores da alimentação dos moradores locais.

Outrossim, é pensar que no século XIX marcava o boom da economia gomífera na província paraense. A partir de tal fato, tornou-se perceptível as alterações realizadas no cenário local. Como abordado no primeiro capítulo, as transformações urbanas estavam associadas a ideia de civilização e modernidade. A modificação da cidade era realizada através do discurso de progresso e higiene, mas carregavam consigo uma série de segregações de espaço e de comportamentos, o que direcionava uma construção e a imposição da cultura burguesa no espaço.

No entanto, é preciso pontuar que, apesar da tentativa de implantar na província paraense um novo modelo arquitetônico e novos hábitos, determinadas práticas ainda se

fizeram presente dentro da inovação do espaço urbano, entre eles, a presença das negras de tabuleiro com suas vendas. Nesse sentido, é notória a resistência dessas pessoas dentro de uma tentativa de silenciamento.

Visando compreender o que fora supramencionado, em seguida será feita uma observação de algumas fotografias referente aos séculos XIX e XX. A preferência por esse uso de documentação deu-se por meio da compreensão de que a fotografia é uma fonte histórica que representa várias formas de interpretações e permite também diversas construções das imagens dos sujeitos e/ou espaços (SÔNEGO, 2010. p. 114). Logo, entende-se a precisão de abordar esse documento para compreender como as mulheres negras eram descritas nos séculos apontados nesse estudo e se as modificações dos espaços seriam perceptíveis nas práticas alimentares ou de vestimentas destas.

Dito isso, utilizou-se como eixo norteador as fotografias de Felipe Augusto Fidanza¹⁶, as quais seriam utilizadas pelo governo com o objetivo de propagar o discurso de civilização, por meio dos cartões postais da cidade (TEIXEIRA, 2020). No entanto, a primeira observação a ser realizada é que as fotografias nem sempre condiziam de fato com as cenas do cotidiano, visto que, as fotos buscavam apresentar uma paisagem paraense semelhante ao modelo europeu.

Acerca disso, Maria Sarges e Rosa Pereira (2011) afirmam que as fotografias realizadas por Felipe Fidanza modificavam as paisagens e os sujeitos que compunham as minorias sociais, promovendo em seus registros a ideia de modernidade. Ainda de acordo com as autoras, essa ideologia ocorria pela simbologia retratada pelas fotos em espaços que marcavam a hierarquia e as relações de poder.

Tendo em vista tais questões, é fundamental perceber a comunicação não verbal presente nos registros fotográficos. Observar o estilo da vestimenta utilizada por cada indivíduo é essencial para perceber a posição social de cada grupo. De acordo com Teixeira, uma das disparidades marcante nas roupas utilizadas pelos sujeitos estava presente nas cores dos tecidos e nos modelos escolhidos pelos grupos. Enquanto a elite selecionava modelos de cores escuras e mais pesadas (semelhantes aos modelos europeus), os membros da base da pirâmide buscavam utilizar roupas claras e mais leves.

Imagem 5: Com detalhe dos pés descalços

¹⁶ De acordo com Maria Sarges e Rosa Pereira (2011), Felipe Fidanza foi um dos principais fotógrafos do século XIX, visto que as fotografias produzidas por este representa um dos principais acervos sobre Belém, seus agentes e o cotidiano.



Fotografia de Felipe Augusto Fidanza. Pará, 1869. Com detalhe dos pés descalços.

Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliansa/handle/20.500.12156.1/4504>
 acesso em: 07/01/2023

Na imagem utilizada acima, a mulher aparenta ser uma quitandeira, a qual usa uma vestimenta mais leve e de tonalidade clara. A mulher carrega em sua cabeça uma panela, nos braços uma pequena bolsa que aparenta ser de palha, além de estar com os pés descalços. Reafirmando que ela podia ser uma escrava de ganho e que trabalhava com a venda de alimentos. A conclusão que tenho e denomino esta como uma pessoa escravizada é por meio da ausência de sapatos desta na fotografia. Além disso, é nítido também o toque de sensualidade posto sobre essa mulher preta por meio do vestido, que deixa um dos ombros a amostra, dando ênfase a uma noção da época de que essas mulheres seriam exóticas.

“Essas mulheres sofreram as mais diferentes formas de marginalização e discriminação, ao vivenciarem com maior liberdade o universo dos espaços públicos, atuando não apenas em serviços domésticos, mas também em atividades que lhes permitiam participar com mais recorrência do cotidiano público da cidade.” (TEIXERA, 2020, p. 174)

A escrita de Teixeira ratifica o que foi mencionado no início deste capítulo. Essas mulheres foram submetidas a objetificação sexual e a marginalização. Por outro lado, esses problemas não conseguiam anular a presença delas nos meios urbanos, por serem escravas de ganho, estas escravizadas apresentavam maior mobilidade e autonomia no

espaço urbano, diferente das outras modalidades de escravizados (SALLES, 1971). Através de suas vestimentas, seus cânticos¹⁸, seus acessórios e suas formas de trabalhar marcavam suas identidades e suas representações na sociedade paraense.

Imagem 6: vendedora de frutas



Vendedora de frutas no Pará. Fotografia de Felipe Augusto Fidanza. Pará, 1869.

Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/4510>
 acesso em: 07/01/2023

A imagem utilizada acima nos permite perceber algumas semelhanças com a imagem anterior, entre elas: as vestes de tonalidade clara, a erotização da mulher, com os ombros a mostra. Já o cenário é constituído por algumas frutas, como o cupuaçu, banana (melão e pupunha?). A vendedora tem uma cuia no canto direito da imagem, acredito que seja para utilizar como forma de medida no momento da venda dos produtos, mas principalmente, para enfatizar a ideia de higiene e não pegar a fruta menor (pupunha?) com as mãos. Não encontrei em documentos registros descrevendo as especificidades de produtos que estas mulheres trabalhavam, mas a imagem utilizada acima permite inferir que esta seria uma quitandeira a qual trabalha com a venda de frutas. Embora os produtos

¹⁸ De acordo com Paulo Terra (2006), as músicas entoadas pelos sujeitos escravizados surgiam com o objetivo de gerar ritmos e uniformidade ao trabalho realizado por estes, visando manifestar suas vivências cotidianas.

não sejam semelhantes especificamente com os descritos na melodia que foi usada como título, podemos perceber os múltiplos alimentos que elas trabalhavam.

A mulher fotografada sentada parece ser de idade mais avançada, a seriedade com que olha para o fotógrafo, reforça também uma certa firmeza ao ser registrada. Um adereço que encontramos na foto é um cachimbo que descansa em seu colo. Para Sandra Koutsoukos (2010), o cachimbo, naquele período, era caracterizado com um item exótico, principalmente em mãos de negros (apud TEIXEIRA, 2020, p. 413). A autora menciona ainda que as fotografias em formas exóticas dos indivíduos negros eram um modelo buscado pelo mercado econômico, uma vez que estas fotos eram estimadas no continente europeu.

Nas fontes da historiografia tradicional, essas mulheres eram consideradas como sujeitas que possuíam suas identidades silenciadas, sendo apresentadas apenas como mulheres que tinham suas imagens ligadas ao corpo, coisificando e objetificando-as. De acordo com Bell Hooks, as violências sexuais sofridas pelas mulheres escravizadas, eram normatizadas e justificadas por uma questão religiosa. A autora afirma que “esses sofrimentos peculiares às mulheres negras eram diretamente ligadas à sexualidade e envolviam estupro e outras formas de assédio sexual” (HOOKS, 2020, p. 51). A partir disso, conseguimos perceber parte da violência que as mulheres negras sofreram durante o regime escravocrata e que se estendeu pós escravidão. No entendimento do local de fala, a gramática colonial implica sobre estas mulheres uma linguagem como manutenção de poder por meio da tentativa de deslegitimar as histórias destas indivíduos e as tornarem vulneráveis.

Ainda sobre o trabalho de Hooks, é possível verificar as denúncias que a autora faz acerca das dimensões de exploração que viviam as mulheres negras. A misoginia aplicada sobre as mulheres negras de certa forma seria abraçada pelos homens negros, uma vez que estes estariam inseridos em uma sociedade patriarcal. Logo, a construção sexista se dava de forma mais agressiva sobre os corpos das mulheres negras. Os homens negros, para tentarem se inserir aos padrões eurocentricos, priorizavam relações amorosas com as mulheres brancas, enquanto que as mulheres negras seriam classificadas apenas como um objeto sexual. Nesta abordagem, conseguimos perceber como se estabeleciam a dominação do corpo destas mulheres. Em um cenário civilizatório, os corpos das mulheres negras eram caracterizados como meio de exploração, seja sexual, seja de suas forças de trabalho.

Nesse sentido, é possível verificar como o projeto patriarcal colonizava o corpo dessas mulheres. Nessa perspectiva, retomo o conceito de lugar de fala durante o período estudado nesta pesquisa para relacionar com as vivências e as ocupações de espaços que as mulheres negras tiveram. É possível perceber as características marcantes destas nas imagens feitas delas, construindo suas identidades.

Imagem 7: Com detalhes da cruz e dos pés calçados



Fotografia de Felipe Augusto Fidanza. Pará, 1869-1875. Com detalhes da cruz e do pé calçado. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliانا/handle/20.500.12156.1/4517> acesso em: 07/01/2023

A imagem acima apresenta uma mulher que também foi registrada com a sua vestimenta caindo sob o ombro e em tonalidades claras, com alguns detalhes na borda. A mulher está carregando em sua cabeça uma caixa, a qual podemos inferir que sejam doces ou salgados, também atuando na venda de alimentos. Diferente das demais imagens utilizadas, essa mulher aparece calçada, remetendo ao fato de que esta não era uma mulher escravizada. No pescoço, a mulher carrega um cordão o qual possui um pingente em forma de cruz, o que deixa subentendido a sua religiosidade cristã. Além disso, a mulher apresenta em sua cabeça uma flor. Nesse caso, “as vendedoras de outrora usavam o clássico ramo de jasmim prêso ao cabelo pelo ponte de casco entrelaçadas de favas de baunilha (...)” (SALLES, 1971, p. 175). Assim sendo, as flores na cabeça representam a feminilidade dessas mulheres, além de aromatizar as suas cabeças.

Felipe Fidanza foi um fotógrafo que buscava fazer do cenário da cidade paraense um modelo europeizado. Nesse sentido, é fundamental perceber que as imagens reproduzidas por este tinham um objetivo político: aquele que silencia, que oprime e marginaliza. Na crença colonial, essas mulheres faziam parte da balbúrdia da cidade e tornavam o espaço caótico, logo, as imagens seriam apresentadas como forma de comercializar o corpo destas, tal qual foi mencionado anteriormente e apresentá-las como sujeitas exóticas e higiênicas.

No entanto, através do uso das imagens que foram construídas com o objetivo de marginalização, podemos notar as construções identitárias gestadas por essas mulheres. O lugar de fala que estabeleço neste trabalho é de sujeitas que foram fundamentais para o desenvolvimento social e econômico da sociedade paraense. Visando denunciar o processo de opressão e o patriarcalismo vivenciado por estas, usamos a afirmação de Ribeiro que:

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas o poder de existir. Pensamos no lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de *locus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. (RIBEIRO, 2020, p. 64).

Logo, compreende-se que as fontes apresentadas como oficiais negavam a essas mulheres o simples poder de existir. O colonialismo deslegitimou por um longo período a presença e a atuação dessas mulheres no contexto historiográfico. O conceito de local de fala foi utilizado visando superar os estigmas construídos acerca destas. É fundamental realizar uma leitura diversa dos objetos de estudo historiográfico para então “escutar” aquelas que vivenciaram na prática a exclusão, a marginalização e o silenciamento.

As imagens utilizadas aqui, possibilitam reconstruir as narrativas históricas, uma vez que através delas, inferimos a resistência dessas mulheres que viviam oprimidas pelo Estado e que precisavam seguir uma cultura “civilizada”, a qual promovia lógicas normativas eurocentradas e silenciava as raízes ancestrais dessas mulheres. O ato de (sobre)viver em uma sociedade que reproduziu o discurso colonial pode ser caracterizado como o principal modelo de resistência, mas não somente.

As fotografias retratam as miudezas do cotidiano e através dela, verificamos nos adereços utilizado pelas vendedoras que, mesmo com toda discriminação sofrida naquele período, algumas seguiam com a religiosidade de matrizes africanas. Logo, é evidente que essas resistiam o desafio de serem mulheres, negras, pobres e algumas, afro religiosas.

Quais são as falas que hoje retratamos acerca delas? Na cultura do silenciamento de corpos subalternos, é reproduzido um discurso colonial o qual ainda hoje inferioriza. Mas como percebeu-se nessa pesquisa, é de suma importância descortinar o cotidiano no qual essas mulheres eram protagonistas. Em paralelo a Djamila Ribeiro (2020), o local de fala utilizado nesta pesquisa não visa invalidar as fontes, nem tampouco invalidar outros discursos, mas sim produzir um novo falar sobre aqueles que há muito tempo tiveram que silenciar.

Tendo em vista estas questões, o atual capítulo foi construído com o objetivo de perceber na prática a visão da sociedade patriarcal sobre estas mulheres. Os discursos que os sujeitos apresentavam as quitadeiras surgiam como um meio de marginalizar e violentar, além de buscar apresentar a história destas apenas como mulheres que foram dominadas. Porém, ainda no primeiro tópico aqui abordado, foi descrito que estas mulheres compõem também o cenário de pessoas importantes para o desenvolvimento econômico.

Além disso, não podemos deixar de destacar que as fontes são produzidas de acordo com o interesse de quem as produz. Porém, deixam brechas que permitem pensar e reconstruir aquilo que não foi dito. As imagens utilizadas nestes estudos apresentam que, apesar de todo o processo de opressão, o discurso colonial civilizatório não conseguiu destruir ao todo a importância destas mulheres para nosso processo historiográfico e nem destruir a rede identitária elaborada por elas.

Logo, este capítulo teve como premissa partir de novos eixos para compreender este período histórico. Não quis negar as fontes e nem tampouco as falas que as sociedades da época emitiram, mas sim possibilitar, por meio destas, direcionar novas dimensões para romper com a organização estrutural que impossibilitam as mulheres negras de falar e serem ouvidas, por serem negras e por serem mulheres.

4 – Considerações finais:

A pesquisa que realizei permitiu descortinar as vivências das vendedoras ambulantes na transição do século XIX para o século XX. Os documentos aqui utilizados, embora reduzidos, nos permitiram perceber a política civilizatória emergindo nas vivências do cotidiano de sujeitos que foram marginalizados.

Entende-se como a visão estereotipada das mulheres quitandeiras fomentou um discurso sobre essa, as quais buscam sempre por essas sujeitas nas margens. O colonialismo imposto sobre essas mulheres se deu de uma forma muito agressiva. Elas sofrem não apenas por serem mulheres, mas também por serem indivíduos escravizadas ou ex escravizadas e sofriam por serem negras.

Ademais, destacamos parte de um sistema de opressão a que essas mulheres foram expostas, na qual a figura feminina negra tem seu corpo exposto e violentado. A historiografia brasileira tida como oficial, em um longo período, apresentou essas sujeitas apenas como figuras sexuais, que foram passíveis de suas próprias narrativas de vida, desvalidando a atuação destas na construção social, cultural, política e econômica do país, tal qual foi possível perceber em algumas fontes utilizadas nesse trabalho.

Porém é de suma importância pensar que esse trabalho foi construído visando superar esses estigmas. Um dos principais resultados conquistados aqui foi a percepção de que essas mulheres foram fundamentais para a construção da sociedade paraense. Não se pode pensar apenas nestas pessoas como mulheres que foram submetidas a um passado escravista, pois suas histórias não se limitam a essas questões.

O atual trabalho permitiu perceber que as histórias sociais e econômicas não foram feitas apenas pelos ditos “grandes homens”. É notório que em uma sociedade patriarcal, classista e racista, essas mulheres foram e seguem sendo grande exemplo de resistência, uma vez que conseguiram superar, ainda que de forma indireta, tais obstáculos e sobreviver.

Na perspectiva econômica, essas mulheres quitandeiras, quando escravizadas, não se definiam apenas em sujeitas que aceitaram a imposição de Outros sobre seus corpos, nem tampouco que se silenciaram a este processo. Através da mão de obra dessas mulheres, elas geram rendas aos seus colonizadores, mas também conseguiam acumular seus jornais para se libertarem do regime escravista.

Quando libertas, a economia da base na qual elas estariam inseridas, dinamizava toda sociedade. No caso das vendedoras ambulantes, se tornou evidente que as rendas

obtidas através do ofício destas eram fundamentais para que elas pudessem manter seus sustentos. Mas não somente, uma vez que seguiam gerando rendas para a elite através de seus pagamentos de impostos. Todavia, mais que isso, é importante pensar que o mercado da alimentação dinamizava toda uma sociedade. A pintura de Antonieta Feio tornou explícito como essas sujeitas mantinham uma relação com a cultura alimentar. Além dessas questões, essas mulheres foram importantes no quesito social, visto que elas resistiram de diversas maneiras. A partir dos estudos feitos sobre elas, verificou-se que essas podem ser caracterizadas como simbologia de resistências.

O colonialismo imposto sobre estas se dava sobre seus corpos, suas vestimentas, suas religiosidades, suas identidades. Mas a partir das imagens utilizadas nesse estudo, podemos verificar que as imposições da elite, não conseguiram dominar completamente essas mulheres. Suas roupas e seus acessórios, deixaram subentendidos o segmento de algumas de suas práticas religiosas, os quais eram demonizados na visão ocidental, driblando o sistema político opressor. Parte desse trabalho permite superar os estigmas sexuais impostos sobre estas ainda no século XIX, visando promovê-las como peças fundamentais que lutavam contra o sistema colonial e foram essenciais na construção econômica.

Assim sendo, entende-se que este trabalho abrange uma oportunidade para que novos estudos em uma perspectiva decolonial sejam realizados. É fundamental a realização de outros estudos que busquem perceber as mulheres pretas como agentes ativas que não representam apenas à margem da historiografia. É possível a realização de novas pesquisas que busquem refazer novas leituras das fontes historiográficas, visando entender as mulheres pretas como agentes fundamentais para a dinamização da economia paraense. Essas mulheres foram figuras representativas da resistência, mas as formas de civilização vinham acompanhadas de um discurso colonial, que visava silenciar e ocultar, mas que não conseguiram dominar completamente essas mulheres.

A imposição da colonialidade e do patriarcalismo construiu uma imagem de representatividade das mulheres negras como figuras que devem estar sempre expostas às marginalizações, mulheres que são coisificadas e sexualizadas com frequência. A crítica que busquei fazer nesse trabalho é contra a hegemonia do poder estabelecido pelos povos eurocentrais.

É importante salientar que o discurso de poder não define essas mulheres. Para compreender a relevância dessas pessoas no processo historiográfico é necessário realizar a leitura inversa das fontes, visando inverter a lógica da civilização. É preciso pensar que

a lógica do progresso, não é feita para todos os sujeitos que compõem a sociedade. Nesse sentido, é fundamental perceber como as fontes oficiais são reproduzidas com interesse de acordo com quem as produz. Logo, no domínio colonial, quais os sujeitos que mereciam ter visibilidade?

Logo, a importância do meu objeto de estudo visa romper com a lógica colonial, na qual essas mulheres aparecem apenas como sujeitas marginalizadas e subalternizadas. Busco promover, sem esgotar tal temática, a participação ativa destas na história social e econômica. Entende-se a importância de ressignificar os muitos caminhos possíveis de realizar estudos sobre as mulheres pretas.

Ainda, ratifico a dificuldade metodológica que tive em construir esta pesquisa, uma vez que as fontes sobre estas sujeitas foram escassas. Compreendo que houve ausência dos códigos de postura neste trabalho, porém, nas visitas realizadas nas bibliotecas e arquivos de Belém, não conseguir acessá-los. Alguns documentos estavam deteriorados, outros não foram localizados e alguns estavam em higienização. Porém, tenho como objetivo dar segmento nesta pesquisa, logo, para um futuro projeto, visto usar também estes códigos como fontes.

Por fim, gostaria de mencionar que este trabalho não teve como objetivo esgotar esta temática, uma vez que, por meio deste, novas percepções e problemáticas foram surgindo acerca das quitandeiras. Entre elas, posso mencionar a visão que tive sobre como a maioria das mulheres que pude analisar nas fontes não verbais possuíam uma religiosidade que eram tão discriminadas quanto estas mulheres. Além de conseguir também perceber a possibilidade de abordar estas mulheres dentro de um contexto de história da alimentação, na qual estes espaços que vendiam alimentos seriam locais de trocas, logo, é possível compreender a sociabilidade existente no meio e entre os sujeitos que frequentavam estes locais de venda. Isto me faz pensar, novas formas de resistências e novos pontos de partidas para compreender estas mulheres em uma dimensão social e cultural.

Fontes:

Litografia – largo de Nazaré. J.L RIGHINI. 1867

Litografia – Banco comercial. J.L RIGHINI. 1867

Litografia – Largo de Nazaré. J.L RIGHINI. 1867

Imagem – Quitandeiras. Ferrez, Marc. 1875. Instituto Moreira Salles

Imagem – Vendedora ambulante, 1875. Marc Ferrez. 1843-1923. Biblioteca Nacional Digital

Imagem – Com detalhe dos pés descalços. Felipe Augusto Fidanza. Pará, 1869

Imagem – Vendedora de frutas no Pará. Fotografia de Felipe Augusto Fidanza. Pará, 1869.

Imagem – Com detalhes da cruz e do pé calçado. Felipe Augusto Fidanza. Pará, 1869-1875.

Hemeroteca digital:

Sem autor: ALUGA-SE. **O liberal do Pará**, Belém, 27 de agosto de 1870.). Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704555&pesq=aluguel%20de%20escravas&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=971>

Sem autor: Vendas. **Diário de Belém**, Belém, 3 de abril de 1870. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222402&pesq=cosinhar&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=1641>

Site:

MACÊDO, Sidiana. **Quitandeiras vendedoras de angu**. Daquilo que se come. Histórias da Alimentação e receitas afetivas. 2020. Disponível em:

<http://daquiloquesecome.blogspot.com/2020/09/quitandeiras-vendedoras-de-angu.html>

Referências:

ACSELRAD, Henri. Cidade – **espaço público? A economia política do consumismo nas e das cidades**. Revista da UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 234-247, jan.-jun. 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/11-cidade-espaco_p_blico_henri_aselrad.pdf>. Acesso em: 29 de Abril de 2023.

www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/11-cidade-espaco_p_blico_henri_aselrad.pdf
AZEVEDO, Aluísio de. **O cortiço**. 1ª Edição. Local de publicação: Editora Panda Books, 1º de mar, 2017.

- BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Trad: Régis Junqueira; apresentação Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- BEZERRA NETO, José Maia. **Histórias urbanas de liberdade**: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888. *Afro-Ásia*. 2002; (28):221-250.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CARVALHO, Marques de. **Hortênci**a. Ed. especial: Belém: Cejup/ Secult, 1997.
- CONCEIÇÃO, Willington Marcos Ferreira. **As experiências do trabalho livre no Brasil escravocrata do século XIX**. Monografia (graduação em história). Universidade Estadual do Maranhão. São Luis, 2007.
- COSTA, Ana de Lourdes R. **Espaços negros**: "cantos" e "lojas" em Salvador no século XIX. Cantos e toques. Suplemento do Caderno CRH, 1991.
- DE CASTRO FARIA, Sheila. **Mulheres forras-riqueza e estigma social**. *Tempo*, n. 9, p. 65-92, 2000.
- DE FREITAS, F. V. **As negras quitadeiras no rio de janeiro do século xix pré-republicano**: modernização urbana e conflito em torno do pequeno comércio de rua. *Tempos Históricos*, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 189–217, 2016.
- DIAS, M. O. L. da S. **Mulheres sem História**. *Revista de História*, [S. l.], n. 114, p. 31-45, 1983.
- DIAS, Maria Odila da Silva. **Na Fímbrias da Escravidão Urbana**: negras de tabuleiro e de ganho. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, número especial, p. 89-109. 1985.
- FAUSTO, Alvaro. **Actos e decisões do executivo municipal**. 1987-1901. Belém.
- FERRETTI, Sergio Figueiredo. **Querebentan de Zomadonu**: etnografia da Casa das Minas. São Luís: Edufma, 1986.
- FIGUEIREDO, Lima. **Mulheres nas Minas Gerais**. In: DEL PRIORI, M. & BESSANEZI, C. *História das mulheres no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- FREITAS, Fernando Oliveira de. **Das kitandas de Luanda aos tabuleiros da Terra de São Sebastião**: conflitos em torno do comércio das quitadeiras negras no Rio de Janeiro do século XIX. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2015.

GRAROLA, Flávio Raimundo. **Trabalho e combate à vadiagem**: representações da mão-de-obra nos discursos dos periódicos de São João del-Rei (1871-1888). v. 4 n. 1 (2012): Edição 07 - Temporalidades, Belo Horizonte, Vol. 4, n. 1 (Jan./Jul. 2012).

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?:** Mulheres negras e feminismo / Bell Hooks; tradução Bhuvi Libânio. – 5º ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

JESUS, V. **Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra**: Um *continuum* colonial chamado racismo ambiental. Saúde e Sociedade, 29 (2020), 1-15.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Negros no estúdio do fotógrafo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010

LEMONS, A. J. de L. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém**. Belém, 1905.

_____, Antônio. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém**. Belém, 1906.

LIMA, Jorge de. **Essa Nega Fulô**. 1947. Jornal da Poesia. Disponível em: <http://www.jornaldepoesia.jor.br/jorge.html>.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **A cozinha mestiça**: uma história da alimentação em Belém (fins do século XIX a meados do século XX). 2016. 323 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

_____, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Daquilo que se come**: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900). 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2009. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

OLIVEIRA, Vanessa Santos dos. **Donas, pretas livres e escravas em Luanda (Séc. XIX)**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 447-456, set.-dez. 2018.

PANTOJA, Selma. **Gênero e comércio**: As traficantes de escravo na região de Angola. Publicado em: Travessias, Revistas de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. n.4/5, 2004, Lisboa, p. 79-97.

PEREIRA, Rosa Cláudia Cerqueira; SARGES, Maria de Nazaré. **Photografia Fidanza**: um foco sobre Belém (XIX/XX). Revista Estudos Amazônicos, Belém, v. VI, n.2, p. 1-31, 2011.

POLICHETTI, Américo Alfonso. **"Tradição afro-brasileira: a função religiosa do contra-egun."**. 2015

- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Ed. Jandaíra, 2020.
- RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Luiz Rufino (1987) – Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.
- SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: UFPA, 1971. 336 p. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).
- SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. Memórias do "Velho" intendente: Antônio Lemos - 1869-1973. 1998. 304 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1998. Programa de Pós-Graduação em História.
- SOARES, Cecília C. Moreira. **AS GANHADEIRAS: mulher e resistência negra em Salvador do século XIX**. Edição 17, 1996.
- SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da belle époque: 1870-1910**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História Social da Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará, 2008.
- SÔNIGO, Márcio Jesus Ferreira. **A fotografia como fonte histórica**. *Historiæ*. 2010.
- TEIXEIRA, Amanda Gatinho. **Entre Tecidos e Adornos: a moda das mulheres das camadas populares na Belém da Belle Époque (1870-1912)**. *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 13, jan./jun., 2018.
- TEIXEIRA, Amanda Gatinho. **No estúdio fotográfico de Fidanza: a construção da imagem das mulheres escravizadas na cidade de Belém (1869-1875)**. *Dobras – Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisa em Moda*, v. 15, n. 30, p. 157-180, 1 dez. 2020.
- TERRA, Paulo Cruz. **Músicas de trabalho no Mundo Atlântico**. *Revista Outros Tempos*, ano 3, n. 3, 2006.
- TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm das ruas**. São Paulo: Ed, 34. 2005.
- VIEIRA, D. D. J. **Sensibilidade (in)civilizada: poder público, animais de tração e touradas em Belém (1897-1911)**. *Revista Espacialidades*, [S. l.], v. 7, n. 01, p. 148–170, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpn.br/espacialidades/article/view/17692>. Acesso em: 29 abr. 2023.
- VILA, Ivonete Costa e CRUZ, Paulo Divino Ribeiro da. **Mulheres negras no século XIX: entre a submissão e a rebeldia**. *Revista África e Africanidades - Ano 3 - n. 9, maio, 2010 - ISSN 1983-2354*

XAVIER, Eliana C. & FONTOURA, Glaucia M. D. **Negras minas**: o sentido do trabalho para mulheres negras. *Identidade!* v.18, n. 3, p.425-440, dez. 2013.